



Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

2ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 18 de maio de 2004, às 13h30min

Local: Auditório da FIEMG – Montes Claros/MG

1. Aos dezoito dias do mês de maio de 2004, realizou-se, no auditório da FIEMG Regional Norte
2. de Minas, Av. Deputado Esteves Rodrigues, 1489 - Vila Brasília - Montes Claros - MG, às
3. 13h30min, a 2ª Reunião Ordinária Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do Conselho
4. Estadual de Política Ambiental – COPAM. Participaram da reunião os seguintes conselheiros:
5. como Presidente, o Secretário Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,
6. Shelley de Souza Carneiro; Secretaria de Estado Extraordinária para o desenvolvimento dos
7. Vales do Jequitinhonha e Mucuri e parte do Norte de Minas; Secretaria Extraordinária para o
8. Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas: Titular – Wallen
9. Alexandre Medrado, Diretor Geral do IDENE; Procuradoria Geral da Justiça: Titular – José
10. Aparecido Gomes Rodrigues, Coordenador das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente da
11. Bacia do Rio Verde Grande; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
12. Renováveis – IBAMA: Titular – Marcelo Machado Condé; Microrregião do Nordeste de
13. Minas: 2ºsuplente do 1º Titular – Simone Jamal Gotti – Prefeitura de Paracatu; Microrregiões
14. da Área Mineira da Sudene, do Baixo Jequitinhonha e do Médio Jequitinhonha: 2º Suplente do
15. 2º Titular – Pedro Narciso, Secretário de Meio Ambiente – Prefeitura de Montes Claros; 2º
16. Suplente do 3º Titular: Janeir Soares Barbosa Prefeitura de Pirapora; Federação da Indústrias
17. do Estado de Minas Gerais-FIEMG, atuante na região de abrangência: Titular – José Augusto
18. Ferreira Dias; Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, atuante na região de
19. abrangência: Titular – Júlio Gonçalves Pereira; Representante de Entidades Civas
20. representativas de categorias de Profissionais Liberais, ligadas à Proteção do Meio Ambiente,
21. atuante na região de abrangência: Titular – Mônica Maria Ladeia; Representante de
22. Organizações Não-Governamentais, legalmente constituídas no Estado de Minas Gerais para
23. Proteção, Conservação e Melhoria do Meio Ambiente, atuante na região de abrangência: 1º
24. Titular – Eduardo Gomes de Assis; 2º Titular – Cristiano Henrique F. dos Anjos. A reunião
25. seguiu a pauta publicada no “Minas Gerais” de 06/05/2004 e retificada no “Minas Gerais” de
26. 12/05/2004.
27. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**
28. Boa tarde a vocês. Boa tarde para todo mundo. É um prazer estar com vocês de Montes Claros,
29. na nossa segunda reunião do COPAM – Conselho da Política Ambiental. Eu gostaria, antes de
30. começar, de dizer algumas palavras a vocês nessa primeira reunião, sobre nossa pauta, algumas
31. informações da presidência, que é nosso primeiro item. Já são duas horas, e gostaria de colocar
32. não é um pito – quem sou eu – mas é uma insatisfação. Nunca em reunião nenhuma tive menos
33. de 20 pessoas presentes, aqui estou vendo apenas 11 pessoas. Isso não é bom para vocês que
34. estão querendo começar forte. COPAMs do Sul, do Triângulo, da Zona da Mata, fui agora a
35. Divinópolis, na sua totalidade, com todas as pessoas, sem faltar ninguém. É uma participação
36. fantástica, com muito interesse. E, nessas primeiras reuniões, a gente começa a criar o
37. desenvolvimento do COPAM. Vai desenvolver com vocês ou não. Eu vou desenvolver mais os
38. COPAMs que estão dentro de um ritmo mais acentuado. Nós ainda não começamos o
39. licenciamento. Começamos apenas com alguns licenciamentos, que são licenciamentos mais
40. simples, para a gente treinar um pouco. Mas eu tenho medo do que a gente tem aqui, eu estou
41. falando da quantidade de pessoas, e não da quantidade de reuniões. É a reunião em que tivemos



42. menor número de pessoas presentes no Estado de Minas Gerais todo. E isso não é bom para
43. tanta gente que lutou para trazer o COPAM para cá, tanta gente que brigou. Então, eu gostaria
44. de pedir à Coordenação que fizesse uma carta para as pessoas que faltaram, pedindo
45. comparecimento à próxima reunião para que a gente tenha isso aqui cheio e com a participação
46. da sociedade toda, porque, senão a gente começa a repensar o COPAM no Norte, para a gente
47. não ter..... Vamos ver o que está acontecendo. Será que a gente não tem que dividir mais o
48. Norte? Será que não está mal equilibrado? O que está acontecendo? Mas fica aí. Nós estamos
49. num processo, que é um processo de experiência, no Estado de Minas todo, em observação.
50. Espero contar com esse COPAM cheio de gente e participante de nosso processo. Não só do
51. processo de crescimento dessa instituição, que é fundamental para o desenvolvimento das
52. políticas públicas ambientais do Estado de Minas Gerais, mas também para beneficiar toda a
53. sociedade empresarial, a FIEMG, a FAEMG, as empresas, as sociedades organizadas, o
54. crescimento dos órgãos que estão aqui representados. Então, fica aqui apenas um chamado. Nós
55. criamos a Unidade Regional do COPAM, que começa a caminhar. Eu espero que a gente, junto
56. com ela, consiga, com pouco tempo, já estar montada. Nós já temos três engenheiros da FEAM
57. que já estão aqui morando da região, já estão trabalhando. Nós temos um engenheiro do IEF e
58. outro que está chegando agora, Florestal, está chegando. Completa os dois. A gente começa
59. com um quadro mínimo, para depois ir aumentando de acordo com a demanda que vai existir
60. na região. E o do IGAM, que está vindo do IBAMA. Está saindo do IBAMA, está vindo para
61. cá, e deve chegar no próximo mês. Nós completariamos o quadro de 6 pessoas, técnicos, que
62. foi o especificado pelo Governador na época, o quadro que nós temos máximo no início. Nós
63. temos o Coordenador, que é o Guilherme. Está aqui com vocês, não sei se vocês conhecem.
64. Guilherme, senta aqui comigo. É o coordenador desses trabalhos do COPAM Regional e vai
65. coordenar a equipe. Nós temos a administração. O administrador já está vindo. Deve chegar
66. breve, breve. Vai mexer com toda a administração de Unidade Regional; estagiários estão
67. trabalhando dando apoio de atendimento ao público e estão sendo treinados. Todo esse grupo
68. está sendo treinado em Belo Horizonte. Nós temos também o setor jurídico. Uma advogada já
69. veio. Nós pretendemos ter outro advogado da Fundação Estadual do Meio Ambiente.
70. Advogada do IEF, que não é IEF mais, porque vai hoje ter treinamento nas três casas. Nós
71. estamos integrando o processo de licenciamento. Mas já está aqui. E eu acho que com mais um
72. mês já teremos todo o pessoal. Esse pessoal está indo para Belo horizonte para fazer
73. treinamentos longos no IEF, no IGAM e na FEAM. Eu acho que aqui breve, breve, nós teremos
74. todo o pessoal treinado. Nós estaremos ligando toda a parte, de computador, no sistema SIAM,
75. que está sendo colocado à disposição das sete regionais neste mês ainda, mês de junho, e que
76. começa a funcionar integrado, com as informações para o banco de dados integrado,
77. informações para o licenciamento integrado e com o sistema de geo-referenciamento todo
78. ligado ao Estado de Minas Gerais e que está sendo colocado à disposição não só do pessoal da
79. FEAM como de todo o quadro do COPAM, que vai receber todos esses dados ao longo do
80. tempo, explicações, como é que vai ser para entrar na FEAM, na Internet, como é que isso vai
81. funcionar. Nós estamos colocando à disposição para os membros, uma série de treinamentos
82. não só em Belo Horizonte, como pessoas que virão de lá para fazer longos treinamentos não só
83. sobre o SIAM, a parte de computação. Um grupo de técnicos está rodando os COPAMs
84. Regionais. Também a parte do balcão único que nos estamos implantando também
85. gradativamente com integração IEF, FEAM, IGAM Belo Horizonte, que vai estar ligado de
86. maneira sistêmica com todas as sete outras Unidades Regionais, que nós pretendemos acabar
87. este mês. Inauguramos sexta-feira agora, em Governador Valadares, do Leste Mineiro uma
88. grande festa. Tivemos uma reunião treinamento deles que foi um sucesso, no Parque do Rio



89. Doce, perto de Timóteo, Marliéria . Vamos dar posse ao grupo agora sexta-feira. Na próxima
90. quinta e sexta nos vamos estar fazendo o treinamento do pessoal do Jequitinhonha, em
91. Diamantina, com treinamento na quinta e, na sexta, a grande posse deles. Vai ser uma festa em
92. Diamantina também de encerramento desse trabalho. Nós vamos ter as sete montadas, dada a
93. posse do COPAM. Nos temos as sete Unidades Regionais já quase montadas, faltando detalhes
94. apenas e com os treinamentos já em vigor, já em andamento. Por exemplo, as unidades mais
95. antigas de Uberlândia e Varginha já com treinamento todo pronto os técnicos, e esse grupo já
96. começa a receber os projetos Classe I e alguns da Classe II já, dentro da Unidade Regional,
97. sendo analisado pelo pessoal técnico treinado com acompanhamento das Unidades de Belo
98. Horizonte e com todo o processo sendo executado na região. Para nós chegarmos a isso aqui é
99. importante que a gente coloque o COPAM para funcionar, mesmo porque esse núcleo da
100. Unidade Regional foi montado para atender o COPAM, atender o Conselho de Política
101. Ambiental, para atender as responsabilidades que o COPAM vai ter nessa região tanto na parte
102. de licenciamento fiscalização como na parte de acompanhamento dos processos a serem
103. licenciados. Todo esse processo, que é um processo longo. Não é um processo que você
104. consegue da noite para o dia, mas é um processo sendo construído. Acho que, num tempo
105. muito rápido, nos vamos tê-lo todo montado. Eu gostaria de saber, eu vou pedir ao Rogério que
106. me diga quais as instituições que faltaram. Eu gostaria que o nome fosse citado e gravado.
107. Gostaria de dizer que nossos processos são todos gravados. São profissionais que estão aqui. Eu
108. gostaria de dizer que muitas vezes a Promotoria Pública, o Ministério Público pede o que foi
109. gravado, as fitas. Elas estão abertas a isso, são fitas oficiais. Vocês são servidores públicos
110. aqui, prestam serviço público ao Estado, não só no licenciamento mas também a participação,
111. nas ponderações. Eu gostaria, por isso, de dizer aos senhores que eu tomei o cuidado de a gente
112. discutir um pouco mais as legislações, para que os senhores tenham consciência do que, na
113. realidade, os senhores estão fazendo aqui. Porque, de certa forma, vocês vão julgar fatos
114. importantes dentro da política ambiental do Estado, dentro do próprio desenvolvimento da
115. região. Um licenciamento que não saia aqui, ou que saia está afetando diretamente o setor
116. produtivo, as prefeituras, o Estado. Então, ele tem uma série de implicações e nós temos uma
117. obrigação legal, que são Instruções Normativas, que já fazem parte desse arcabouço de
118. legislações que nós temos, sejam elas estaduais, sejam elas federais, sejam elas municipais,
119. muitas vezes. Mas existem responsabilidades muito bem definidas e é importante que os
120. senhores conheçam, vamos dizer, principalmente as principais normas que nós temos hoje no
121. Estado. Vou contar um caso que aconteceu em cidade que eu estava coordenando, onde foi
122. levantada uma multa para uma prefeitura. E essa multa era porque essa prefeitura tinha um
123. matadouro, que era da prefeitura. O matadouro não tinha licenciamento e estava poluindo os
124. rios e coisas desse tipo. Aí, na hora, o prefeito falava muito bem, era uma pessoa de que todos
125. nós gostávamos, mas ele foi muito enfático na defesa do ponto de vista. Na votação deu oito a
126. oito e eu fui o voto de Minerva, como Presidente. Depois de votar, eu resolvi levar os
127. advogados nossos para explicar melhor o voto, no caso de penalidades, no caso de multas, para
128. as pessoas estarem conscientes do que estão fazendo. Muitas vezes, o voto não é na base da
129. emoção, nem na base da sensibilidade, nem da amizade, é em cima da lei. E, se você faz
130. alguma coisa contra lei, isso pode se virar contra nós, no próprio processo. Eu sempre conto
131. que eu era presidente da Câmara da Indústria. Uma vez, e é bom que se conte isso, nós
132. estávamos votando um processo com as malharias, industrias de malha de Juiz de Fora. Elas
133. tinham um prazo que ia vencer, vamos supor de um mês, e as empresas estavam pedindo mais
134. seis meses. O que era muito viável, porque havia uns equipamentos que não tinham chegado
135. ainda, havia equipamentos que ainda estavam sendo montados, havia equipamentos de aeração



136 que eram importados e atrasaram. Quem já mexeu com obra em casa sabe que obra atrasa
137 mesmo, é natural. Chove, tem aqueles problemas, o pedreiro não vai no dia, uma coisa dessas.
138 Você sempre tem atrasos naturais. E foi o que aconteceu. O Conselho, de que participavam sete
139 pessoas, votou por unanimidade por dar mais seis meses para eles acabarem a obra. Eu nem
140 votei, porque eu era Presidente. Votaram seis e eu dei mais seis meses. Pouco tempo depois, eu
141 tive um processo administrativo e criminal pelo Promotor Público contra minha pessoa e
142 contra uma ONG que lutou. Inclusive a ONG falou: “Vamos dar os sete meses, e se não
143 cumprir, nós vamos parar essa obra. Vamos dar os sete meses, eles têm todo o direito”. Ela
144 defendeu. Então, o Promotor Público entrou na Justiça, que é um direito dele. Eu não sou
145 culpado por um Promotor Público, que eu xinguei muito na época, mas ele estava no direito
146 dele abrir um inquérito contra mim. Se eu sou culpado ou não, não é simplesmente um
147 inquérito, quem vai decidir isso, é na frente. Mas eu estou contando para os senhores porque,
148 naquela época, eu estava comprando coisa, não me recordo eu estava com um empréstimo.
149 Naquela época, você podia emprestar dinheiro, a taxa de juros era baixa. Naquela época,
150 bloquearam meu empréstimo porque eu tinha uma ação na justiça. Só para os senhores verem,
151 avacalha a vida da gente por uma coisa que não tem nada a ver. Demorou quatro meses até ir a
152 julgamento o recurso. Na época eu representava o setor industrial, a FIEMG colocou advogado.
153 Eu nem fui lá. Os advogados me defenderam. E o próprio Juiz falou depois: “esse cara é
154 louco”. Ele colocou que o Promotor era louco, que ele fizera uma loucura, não tinha sentido
155 nenhum, ele é que devia estar preso. Escreveu isso inclusive. Eu até guardei. Mas, de qualquer
156 maneira, foram quatro meses, até ser julgado e nesses quatro meses você está sob processo em
157 cima de você. Eu conto isso sempre para mostrar a responsabilidade que a gente tem, muitas
158 vezes, de dar um voto. O voto precisa ser bem calcado em informações. E, para isso, a gente vai
159 procurar trazer todas, ou, possivelmente, quase todas, porque, às vezes, pode faltar alguma
160 coisa. Não somos perfeitos. Mas quase todos os instrumentos para que os senhores possam, de
161 certa forma, julgar com a maioria das informações. Agora, lembrando sempre que a gente tem
162 um padrão que é a lei. E eu, em absoluto, não posso ir contra a lei. Eu posso fazer propostas
163 para derrubar a lei. Mas isso é um problema da Assembléia, do Congresso, não é um problema
164 nosso. Nós até podemos fazer uma proposta, mandar para o Governador. O Governador gostou,
165 manda como proposição para a Assembléia. Mas quem vota é a Assembléia uma lei estadual, e
166 o Congresso, uma lei federal. Está na Constituição e eu não posso ir contra a Constituição aqui.
167 Existem leis. Então, eu tenho que cumprir a lei. E digo outra: é preciso a gente acabar com esse
168 medo de cumprir as leis. Se as leis são ruins, vamos acabar com elas e não ficar usufruindo da
169 lei. Outro dia, eu recebi uma série de empresários da Alemanha. Eles não entendem e se sentem
170 tremendamente inseguros de aplicar dinheiro no Brasil, exatamente porque lei aqui é lei de
171 gaveta, é lei que não pega. É igual a gripe: pega, não pega. Isso deixa as pessoas numa
172 ansiedade. A pessoa que está lá na Europa não entende isso. Como é que eu venho pôr meu
173 dinheiro aqui se eu não sei se o que eu estou fazendo aqui amanhã vale ou não vale? Que
174 segurança? E hoje, você sabe, o mercado é volátil, é tremendamente volátil. Você sai daqui,
175 põe ali. Da noite para o dia, você roda com ele para a China, para o Japão e ele tem essa
176 volatilidade, essa instabilidade. Nós estamos aí o problema agora passando um problema muito
177 perto da gente que a taxa de juros está começando a crescer, o barril de petróleo baixou, agora
178 subiu assustadoramente. Já está um valor absurdo, US\$ 4,20 eu acho. Desculpe, chegou aí
179 agora US\$ 42,02, deu agora na televisão. Pode mudar, mas é um absurdo. E a taxa do dólar está
180 a R\$ 2,20 mais ou menos. Baixou agora um pouquinho. Mas está aí. Nós estamos passando
181 uma instabilidade muito grande com problemas políticos, guerra no Iraque, tudo isso. Isso já
182 começa a pressupor que a gente possa ter aumento de algumas coisas: gasolina, petróleo. E aí



183 vem o aumento. A gente já fica com medo da inflação voltar, subir um pouquinho, coisas desse
184 tipo. Tudo isso é instabilidade. Uma volatilidade imensa por que a gente passa. Quem vai pôr
185 um dinheirinho hoje em qualquer país do mundo, ele olha primeiramente a instabilidade do
186 país. Como é que as políticas estão sendo, se o país não é conturbado politicamente ou coisa
187 parecida. Então, o desrespeito a uma lei no país pode trazer conseqüências muito maiores,
188 muito mais profundas do que a gente possa imaginar. Um país que tem uma imagem de que a
189 lei não obedecida é um país que tem dificuldades hoje de encarar o mercado internacional,
190 encarar o mercado de capitais internacional. Eu estou dizendo isso não é fugindo nada, é para
191 dizer que o ponto de partida nosso, o ponto padrão nosso é a lei e, por isso mesmo, eu gostaria
192 de fazer algumas modificações aqui. Nós estivemos discutindo muito em Uberlândia, agora
193 também, com o pessoal, levando essas discussões sobre a legislação, principalmente,
194 penalidades de votação. Em Uberlândia, aconteceu um caso muito interessante também. Eu
195 estou contando isso aproveitando meu espaço, que eu tenho aqui no início, palavra do
196 Presidente, para deixar bem claro o segundo item em que vamos entrar. Mas, em Uberlândia,
197 teve uma pessoa pobre em dificuldade que abriu uma empresa no quintal da casa dele, uma
198 pessoa humilde, e ela foi se defender de uma multa que ela não conseguiria pagar. Eu até me
199 emocionei. Todo mundo se emocionou com ele. Eu sou humano todo mundo é. Mas ele estava
200 errado. Estava contra a lei. É lógico que votamos e demos a multa a ele quase por unanimidade.
201 Ele estava errado, mas todo mundo pediu que a FEAM ajudasse, que a COPAM ajudasse, que o
202 ajudasse a fazer o que ele tinha que fazer, preencher documento, uma série de dados. Então,
203 naquela hora, como Conselho, a gente procurou ajudá-lo. Procurou ajudá-lo para que ele fizesse
204 a coisa corretamente, que ele não vinha fazendo. Muita gente diz, às vezes que é um erro,
205 muitas vezes, você pegar uma pessoa. Tanta gente fazendo coisas erradas e você pega um
206 apenas. Por que não? Nós não queremos um grande “Big Brother” com câmara para todo o lado
207 fiscalizando a sociedade. A gente precisa mostrar à sociedade que ela tem responsabilidade,
208 também numa federação como essa. E essas responsabilidades transcritas em lei. Muitas vezes,
209 leis infelizmente malfeitas. Cabe à gente brigar através das instituições para que essas leis
210 sejam corrigidas. Mas não transgredi-las. Isso é função do Estado e nós nem vamos pregar aqui
211 transgressão de leis. E temos certeza que a maioria das pessoas que aqui representam
212 instituições têm esse cuidado, porque, muitas vezes, quando a lei está a nosso favor, nós
213 brigamos por ela. Dito isso, eu gostaria de dizer que temos hoje uma pauta bastante
214 interessante, uma pauta em que vamos passar agora pelo Comunicado dos Conselheiros, no
215 item 2. Eu vou fazer duas pequenas inversões, se vocês me permitirem: o item 6 passa para o
216 item 3, e o item 3 passa para o item 6. Eu queria dizer uma coisa: a apresentação da SEMAD,
217 Dr. Augusto está do meu lado direito, ele é advogado da SEMAD, mexe com essa área há
218 muito tempo, coordena toda uma área da SEMAD. Ele vai explicar para vocês o que é o Nunor,
219 que é o Núcleo de Estudos Ambientais Jurídicos, que coordena todo o setor e tem um trabalho
220 muito grande que está sendo feito hoje junto à Assembléia Legislativa e junto aos órgãos
221 federais também em termos de legislação ambiental. Então nós vamos debater um pouco
222 problemas de penalidades, na legislação sobre penalidades e multas. Antes de fazer, deixar bem
223 claro para os senhores, antes da gente trazer aqui algumas multas, porque faz parte de nosso
224 trabalho para que a gente possa começar a votar, começar a discutir essas penalidades no Norte
225 de Minas. Depois disso eu vou fazer uma pequena inversão: o 4 vai passar para o 5, o 5 para o 4.
226 porque o pessoal do IEF está aí, e o pessoal está viajando agora para Araçuaí e me pediu que
227 fizesse a inversão para que eles pudessem chegar lá durante o dia. E, logo depois, a gente vai
228 tratar dos problemas da FEAM, que são o item 4. E, após isso, eu vou falar um pouco sobre a
229 01/90, que é a proposta de revisão da Deliberação Narrativa 01/90 que é a lei nossa de



20 administração ambiental que está em tramitação hoje junto às câmaras, junto ao COPAM. E eu
21 vou dar algumas informações e falar um pouco sobre ela para vocês. Depois nós entramos nos
22 assuntos gerais e encerramento. Gostaria de dizer, no Comunicado dos Conselheiros, eu abro a
23 palavra aos Conselheiros, passo a palavra aos senhores, para que a gente possa...No
24 Comunicado dos Conselheiros as pessoas podem pedir a palavra, dar alguma informação. As
25 pessoas pedem sempre alguma coisa ligada diretamente às instituições que elas representam, ou
26 alguma reclamação, uma coisa assim. É um comunicado que vocês estão fazendo do COPAM.
27 Então está aberta a palavra. Quem quiser a palavra é só levantar a mão. Está aberta aos
28 Conselheiros, no item 2, Comunicado dos Conselheiros. Gostaria de pedir a vocês que quem
29 falar, antes, fale o nome e a instituição que representa, porque nós gravamos tudo e depois
30 temos que fazer a ata. E a dificuldade nossa é que, muitas vezes, quem está fazendo ata tem
31 dificuldades, porque a pessoa não fala o nome nem a instituição. Então a gente fica procurando:
32 “quem falou isso?” Quero pedir que digam o nome e a instituição.

33 **Conselheiro Pedro Narciso - Secretário de Meio Ambiente de Montes Claros.**

34 Sr. Presidente, Dr. Shelley, preocupa-me muito o que inicialmente o senhor aventou aqui em
35 termos à sobrevivência do COPAM-Norte. Eu tive oportunidades já de discutir essa situação. E,
36 como o senhor tem conhecimento, há muitos anos que nós lutamos pela descentralização do
37 COPAM, principalmente pelas dificuldades que nós acompanhamos aqui no Norte de Minas, a
38 distância de Belo Horizonte, quando tínhamos alguma coisa para resolver, alguma licença para
39 encaminhar. Mas, quando da escolha dos representantes do COPAM, eu me refiro ao Regional
40 Norte, nós levantamos essa questão que seria a dificuldade comparecimento, visto que o
41 deslocamento de qualquer dos Conselheiros ele tem que se dar à custa do Conselheiro ou do
42 órgão que ele representa. E que, segundo, também este Conselho não é remunerado. Então é um
43 trabalho realmente de cidadania e a gente tem que estar presente. E não que, a essa altura, nós
44 já tenhamos motivo para desanimar. O importante nisso aí é que eu noto que, dos 11 presentes,
45 nós temos oito que residem aqui em Montes Claros. Então nós estamos tendo dificuldades com
46 o pessoal que está fora de Montes Claros. Nós queríamos sugerir que a Secretaria do COPAM-
47 Norte, às vésperas da reunião, fizesse um trabalho de empenho em termos das presenças.
48 Porque nós recebemos apenas, não sei se com os outros aconteceu como aconteceu conosco na
49 prefeitura, apenas um fax dizendo da hora, do local. Não houve um empenho maior. Então, a
50 experiência que nós temos desse tipo de evento, há quarenta anos de vida pública, nós sabemos
51 que há necessidade de, na véspera, fazer um empenho talvez até por intermédio de telefone,
52 chamando o pessoal, dizendo: “Nós temos a reunião, tem projetos importantes para a região e
53 há necessidade do comparecimento.” Isso vai a título de sugestão. E dizer que nós já prevíamos
54 isso, que nós íamos ter dificuldades nas primeiras reuniões e para sanar isso eu apresento uma
55 sugestão que é agilizar nossa Secretaria do COPAM-Norte para fazer um chamamento de
56 véspera a todos os titulares. Obrigado.

57 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

58 Obrigado. Eu acho muito boa a idéia. Eu vou passar para o Guilherme, porque, a partir de hoje,
59 a Unidade Regional vai cuidar do COPAM, tudo. A partir de agora, vamos fazer um corpo a
60 corpo nesse início. Lembrar a vocês, e é importante lembrar, que esse não é um órgão de
61 Montes Claros, é um órgão do Norte todo e ele é um órgão que vai ter reunião em várias outras
62 cidades. A última reunião que nós tivemos no sul foi em lavras, a sede é Varginha. Estamos
63 indo agora para uma reunião grande um São Lourenço. Já tivemos em Uberlândia, já fizemos
64 uma reunião em Uberaba. Não podíamos deixar de fazer uma reunião em Uberaba pela
65 rivalidade Uberaba-Uberlândia. Foi muito boa. O Prefeito de Uberlândia fez uma abertura
66 muito interessante. Foi uma reunião muito rica. Estamos indo agora para Patos de Minas, na



277 segunda reunião. Ele é itinerante. Nós vamos ter que nos deslocar mesmo. Eu estou vendo,
278 inclusive, para instituições ONGs, instituições que tem mais dificuldades, instituições, no Brasil
279 nós não temos instituições tão fortes como lá fora, se a gente tem uma ajuda de custo nisso. Eu
280 já estou conversando com José Carlos para ver se a gente consegue uma diária para facilitar.
281 Isso foi um pedido dos pescadores lá do Triângulo que nos pediram. Eles tem dificuldade de se
282 locomoverem. Então a gente já está vendo, para que a gente tenha todo mundo presente. Mas
283 isso tudo são coisas, vocês conhecem o serviço público, a gente precisa de verbas, precisa de
284 liberação, precisa de autorização, o que já está sendo feito através de um pedido que foi
285 encaminhado à SEPLAG - Secretária de Planejamento. Nós já estamos em discussão sobre isso.
286 É lógico, como a gente está montando, nós estamos nos ajustes. Estou chamando a atenção
287 disso, eu sei a luta que vocês tiveram para trazer. E o COPAM não vai acabar em absoluto. Eu
288 falo isso mais para instigar, para todo mundo ver... O COPAM vai ser cada vez mais forte. O
289 que eu tenho medo é que a gente ande... Porque os licenciamentos, o andar da carruagem vai
290 ser de acordo com o andar nosso, a participação. Quem está andando mais devagar vai andar
291 mais devagar. Vai pegar os pequenos projetos, vai pegar outro aqui. A gente vai olhando,
292 criando um termômetro disso aqui. Eu gostaria muito de ver o Norte, com pouco tempo, já estar
293 fazendo quase tudo de licenciamento por aqui, licitando. Vocês todos estarem totalmente
294 concisos da responsabilidade de vocês e tendo, na realidade, um trabalho profícuo, para que o
295 desenvolvimento da região seja sustentável, em cima de bases também ambientais,
296 sustentáveis. Essa é a intenção. Não em absoluto... Eu tenho certeza de que nós vamos ter
297 problemas mas vamos sair disso. Pedro Narciso sabe disso. Com pouco tempo a gente vai
298 construir aqui um modelo que vai ser padrão. Eu tenho certeza disso. Eu cito outras porque
299 estão indo bem e a gente deve ter como padrão as coisas que estão indo bem. Eu posso dizer
300 para vocês, se eu fosse criar uma escala de valores minha, como Presidente das Câmaras, eu
301 acho que hoje o Sul está disparado. É impressionante a participação inclusive das
302 universidades. As universidades estão presentes em todas as reuniões - alunos. Eles colocaram,
303 eu falei com vocês nas últimas reunião, dentro da Universidade de Três Corações e Poços de
304 Caldas, já o tema COPAM. COPAM já é tema dentro do Direito Ambiental deles. E os alunos
305 vão fazendo monografias e acompanham, é aberto ao público, eles acompanham as reuniões.
306 Estão muito ricas as reuniões, muita juventude participando, muito cheias. E a gente não tem
307 não só presentes os Conselheiros, mas todos os suplentes. Têm sete, oito suplentes também
308 participando, sentados, conversando, trocando idéias com os titulares. Muito interessante a
309 participação deles. E é lógico que essa é a primeira reunião nossa. Nós fizemos aquela de posse.
310 A gente está esquentando. Eu estou falando isso para ver se a gente cria na próxima reunião, a
311 gente tem um mês para estudar, e começar a criar aqui um ambiente, uma coisa que se
312 solidifique, sirva para vocês, para que, na realidade, o COPAM sirva para aqui. Nós o estamos
313 criando é para aqui, para essa região, para vocês terem benefícios, porque, senão, não teria
314 sentido. Continua aberto.

315 **Conselheiro Eduardo Gomes – Instituto Grande Sertão:**

316 Gostaria de lembrar sobre a questão da composição inicial, das reuniões que foram feitas, e as
317 ONGs têm uma dificuldade muito grande para poder ter hoje essas duas vagas, que inclusive
318 estão presentes aqui.

319 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

320 Fico satisfeito.

321 **Conselheiro Eduardo Gomes – Instituto Grande Sertão:**

322 Mas as suplências não foram completadas e eu gostaria de saber se a COPAM está
323 providenciando isso.



324 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

325 Está. Nós só vamos esperar um pouco e eu vou te contar porque nós não fizemos ainda. Nós
326 estamos com um acúmulo enorme, porque nós temos que implantar até maio as sete Unidades
327 Regionais. É um prazo que foi dado ao governo do Estado. Nós temos agora as duas últimas
328 que até o dia 29 de maio vão estar totalmente. Então, a partir disso, nós vamos fazer alguns
329 acertos nesses modelos que ficaram para trás para que a gente possa conseguir preencher as
330 duas vagas. Não vou dizer que é o caso das ONGs não. Isso aconteceu em muitos outros
331 segmentos. Mas, à medida que você mexeu no Estado de Minas todo, a gente tem chamado
332 muito a atenção, eu tenho certeza que nós vamos crescer nele. É a fragilidade de nossas
333 instituições. Às vezes, a gente tem muitas instituições, mas nenhuma delas é cadastrada, é
334 registrada, não tem nada. As ONGs estão nisso. Mas não é só a ONG não. Tem uma porção:
335 Sociedade Cível Organizada, uma série de coisa. E um país se faz pelas instituições, pode ter
336 certeza, pela força de suas instituições. Então, por exemplo, nós tivemos algumas reuniões, em
337 que nós tínhamos 9 ou 10 candidatos, mas só dois ou três tinham documentos, sendo que foi
338 isso publicado, foi dito. Mas as pessoas, às vezes não olharam direito, ou às vezes não tinham,
339 ou às vezes a empresa não estava registrada ainda, era apenas a força de uma região. Eles já
340 trabalhavam na região, tinham nome, mas não tinham registro, essas coisas. Como você tem
341 que seguir uma lei, uma regra, muitas vezes a gente não tinha condição, mesmo tendo muita
342 gente se candidatando, não tinha condição de encher as vagas. Espero, eu tenho certeza, mesmo
343 porque essa primeira vez que nós fizemos. Nós aprendemos muito com isso. E aprendemos o
344 seguinte: aprendemos a fazer um cadastro mais completo. As ONGs são um exemplo disso.
345 Nós tínhamos um cadastro muito pequeno de ONGs aqui em Minas. Hoje nós temos um
346 cadastro cinco vezes maior e vai aumentando muito. Então, que a gente possa fazer as eleições,
347 da próxima vez, com uma participação muito mais intensa da sociedade civil, à medida que vai
348 crescendo. Nós temos certeza que logo que passar maio agora nós vamos começar a dar
349 chamada para as complementações.

350 **Conselheiro Eduardo Gomes – Instituto Grande Sertão:**

351 Eu gostaria de colocar à disposição o Instituto Grande Sertão, porque o Instituto foi a única
352 ONG a participar da reunião em Águas Vermelhas, quando teve o primeiro chamamento e já se
353 apresentou com a documentação adequada e , a partir daí, nós mobilizamos para adicionar
354 outras ONGs, que nós sabíamos que existiam e que não tinham participado da chamada. Então,
355 nós já fizemos alguns contatos, Guilherme, e nós estamos à disposição. Já mantivemos
356 contatos, passamos toda a documentação necessária. Já há algumas ONGs que estão
357 mobilizadas, que estão devidamente registradas e podem estar participando desse processo para
358 compor as duas suplências.

359 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

360 Isso é muito bom. Acho que o fortalecimento nosso vem daí, de as unidades, de a sociedade
361 terem participado, terem consciência. Porque uma ONG que está participando ela não está
362 representando a ONG ela está representando todas as ONGs do Norte. Então ela vai ser um foco
363 de reclamações das outras ONGs que ela vai trazer aqui em Montes Claros para nós. Então, eu
364 acho, por exemplo, neste caso, já apareceram várias outras. Eu tenho certeza de que daqui a
365 dois anos, quando a gente vai ter novas eleições, nós vamos ter um quadro bem diferente desse
366 primeiro quadro que nós tivemos. Eu gostaria que vocês tivessem sempre como foco a Unidade
367 Regional do COPAM. Se vocês não têm, eu vou pedir ao Guilherme que faça e-mail, telefone
368 tudo dele e manda para todo mundo para que vocês façam contato. Qualquer dúvida, vocês
369 telefonem para ele diretamente. Você tem ligação direta com o Coordenador da Unidade
370 Regional e com os técnicos que, no futuro, vão analisar projetos e pessoas que vão procurar



371 vocês para defendê-los e coisa desse tipo para mostrar suas ansiedades. Mas sempre vamos
372 centralizar no Coordenador da Unidade Regional porque ele tem apoio não só da
373 Superintendência de Política Ambiental da SEMAD – Secretária do Meio Ambiente como
374 também do IEF, da FEAM e do IGAM que vão dar o suporte que ele precisar. Ele vai saber
375 onde buscar isso para vocês. Como essa ONG vai ser organizada através lá da
376 Superintendência, da SPA – Superintendência da Política Ambiental – eles é que vão dar
377 suporte na época. Existe uma centralização dessa eleição, mas tudo está sendo feito através da
378 Superintendência com ele. Então vocês direcionem sempre para a Unidade Regional, para que
379 ele possa ajudá-los nisso. Mais alguém?

380 **Conselheira Simone Jamal Gotti: Representante da Prefeitura de Paracatu**

381 Nós somos os primos mais distantes. Dr. Shelley, eu só gostaria de fazer um apelo: que nas
382 próximas reuniões fossem incluídos alguns processos do Noroeste, porque nós fizemos questão
383 de participar. A gente acredita no processo, e até que seja criada nossa região. Eu acho que para
384 nós isso é importante.

385 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

386 Está bem. Está bem. Rogério, veja isso para ela. Rogério vai colocar na pauta da próxima
387 reunião. Eu gostaria inclusive, Simone, de dizer que nós poderíamos, na primeira reunião que a
388 gente fizer, a gente fazer lá na sua terra uma reunião do COPAM, porque nós vamos fazer
389 reunião em outro lugar. Nós vamos fazer numa ponta, enquanto não resolve aquele caso lá que
390 ainda precisa passar na Assembléia. Nós podemos fazer lá, depois fazer na outra ponta, seria
391 em... , o Prefeito não está aqui, mas em Salinas. Então a gente poderia pegar duas pontas para
392 levar toda nossa informação para aquelas regiões que às vezes estão longe, porque o Norte,
393 você roda, roda, roda, não acaba. Então, essas distâncias são enormes.

394 **Conselheiro Janeir Soares Barbosa – Representante da Prefeitura de Pirapora**

395 Não sei se cabe no momento, mas, por solicitação dos empreendedores proprietários de posto
396 de gasolina no município no total de seis, se existe possibilidade, devido a dificuldades que eles
397 estão tendo de cumprir os prazos exigidos para se adequarem à legislação, se existe a
398 possibilidade de prorrogar esses prazos devido à dificuldade que eles estão tendo na demanda,
399 devido ao tamanho da demanda do fornecimento dos tanques. Eles estão com dificuldade de
400 adquirir isso, esses tanques.

401 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

402 Deixe-me dizer duas coisas. Eu fui procurado pelo sindicato. Eles me procuraram outro dia
403 pedindo isso. Nós estamos criando um grupo de trabalho exatamente para verificar alguns
404 dados e dificuldades que eles estão passando. A unidade que representa toda a classe. Está
405 reclamando exatamente de alguns problemas de troca dos tanques, como é que vai ser feito,
406 uma coisa é se é dentro da cidade, outra coisa, se é longe. São detalhes. Eu não vou entrar aqui
407 no assunto, nós conversamos uma hora. Então há uma coisa de criar um grupo, agora com
408 participação deles, para que a gente possa ver o que pode fazer nos seus problemas
409 operacionais para postos de combustível. E esse é um aspecto. O segundo aspecto, dizer que o
410 licenciamento, de uma certa forma, ele é uma obrigação legal federal inclusive. A lei não é
411 estadual é federal. Nós estamos apenas colocando uma lei federal que saiu há dois anos, três
412 anos, atrás sendo licenciados os postos. Vai caber a nós aqui quantos postos caem. Eu vou ver
413 se da próxima. E a idéia é que todos os postos de gasolina caiam aqui no COPAM. Daqui vai
414 para Belo Horizonte, porque atualmente tudo está indo a Belo Horizonte. Com mais dois meses,
415 postos de combustível é um dos elementos que nós vamos sempre cair com ele aqui. Não sei se
416 hoje tem algum posto de combustível. Tem não, não é? É que não caiu ainda, porque o resto
417 está caindo lá. A gente cai aqui e, quem sabe, a gente não traz uma contribuição de um grupo



418 de trabalho aqui da região para um grupo de trabalho que está se reunindo agora em Belo
419 Horizonte? Faça uma coisa conjunta para trazer mais informações, mais dificuldades. A gente
420 vê como a gente faz. E lógico que, para mudar isso, para fazer isso a gente precisa ter um
421 documento, e o documento ser aprovado pelo COPAM, no plenário do COPAM, em Belo
422 Horizonte. Mas é isso que nós estamos procurando. Nós estamos primeiro pegando todos os
423 dados, verificando o que se pode fazer todos e o que não pode. Vamos trazer isso ao setor que
424 está preocupado e vamos ver o que a gente pode fazer. De qualquer maneira, continuam sendo
425 licenciados os postos de combustíveis em toda Minas Gerais. São 4000 postos, para vocês
426 terem uma idéia. É muita coisa. Tem uma divisão hoje, dentro da FEAM, que é só para postos
427 de combustíveis, especificamente para isso. Uma diretoria? Uma divisão? Não sei. Uma
428 divisão. Então, eu vou, levar esse assunto agora para Belo Horizonte na próxima reunião e
429 volto a te dar uma resposta, sem falta, na próxima reunião. Você anota para mim? Mais
430 alguém?

431 **Conselheiro Cristiano Henrique F. do Anjos – Representando o Grupo Ecológico de**
432 **Monte Azul:**

433 Eu queria só reforçar aqui o pedido do colega Mário, que é sobre a documentação enviada para
434 a gente que eu também só recebi o fax.

435 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

436 Bem! Eu vou passar a palavra para o Rogério. Rogério é que coordena toda essa parte de
437 documentação logística, todo sistema está com o SPA – Superintendência de Política
438 Ambiental. Ele e o Guilherme vão fazer o possível para suprir isso. Inclusive Guilherme esteve
439 telefonando e mandando para muita gente diretamente já nessa reunião. Talvez o Rogério tinha
440 mais informação para vocês.

441 **Rogério Noce – Superintendente da Política Ambiental da SEMAD:**

442 Esse aspecto aí, Cristiano, tentamos colocar todas as informações através de e-mail. O seu
443 inclusive, posteriormente é que foi desenvolvido. Não tinha e-mail, depois o
444 fundcorea@ig.com o pessoal tentou mandar através desse. É que nós temos aqui de informação
445 sua, porque há dificuldade muito grande em termos de mandar para Monte Azul para você. Seu
446 endereço é de Monte Azul. Então essa colocação em termo de mandar a documentação, a gente
447 está tentando fazer com a informação seja por e-mail para que a gente 'pacote' ele de modo
448 mais fácil de ser trabalhado e vocês retirem o que vocês quiserem. Apenas alguns aqui, apenas
449 dois que nós não conseguimos e-mail, mas mesmo assim, a situação de informação de vocês
450 todos de abertura da caixa postal. Muitas vezes estas estão cheias. Nós estamos tentando
451 colocar esse nível de informação e até por contato, que nós vamos começar a fazer através da
452 próxima reunião já centralizado no COPAM Regional aqui em Montes Claros, nesse
453 diligenciamento, que é a próxima reunião. Essa demanda por informação vai ser feita no prazo
454 de 10 dias no mínimo e dentro da situação antecipada de mandar, de preferência por e-mail.
455 Aquilo que não puder por e-mail, nós vamos ter que realmente postar. Postar no correio
456 realmente. A gente está querendo minimizar a situação de postagem, primeiro pelo aspecto de
457 dificuldade de chegar e, segundo, pelo problema de chegar e o negócio de volume, que cada
458 vez aumentará mais. E uma coisa particular nesse sentido é interessante notar: está ali no
459 Estado de Minas hoje. O Estado de Minas de hoje tem meia página falando que a postagem de
460 material do Norte de Minas está comprometida pelo problema das estradas. O próprio correio
461 tem manifestado isso. Não é o caso seu, mas está havendo uma sensível postergação de entrega
462 de correspondência pelo correio por problema de estrada regional. Você realmente é uma das
463 pontas. Você está quase no limite da Bahia. Ele tem uma unidade centralizadora distribuição
464 em Montes Claros, para depois passar para você. Então, a gente está querendo é agilizar. De



465 preferência vocês entrarem, conforme o Secretario falou, em contato com Guilherme. Ele vai
466 reposicionar todo os aspectos da listagem disponível, disponibilizará para vocês essa listagem,
467 para checagem, porque cada vez mais a gente vai ter que utilizar sistemas eletrônicos, porque,
468 na medida em que se avolumar demanda de informação, isso poderá onerar demais,
469 futuramente, em termos de passar para vocês os pareceres técnicos e jurídicos para vocês
470 fazerem as análises. A gente conta com vocês até na recepção e nessa volta de informação para
471 o COPAM Regional aqui através do Guilherme e das pessoas que trabalham no COPAM, até
472 no sentido de saber: a casa do COPAM é a casa de vocês também. É importante que tenham
473 essa noção.

474 **Guilherme Guimarães – COPAM Regional Norte: Regional Norte:**

475 Na verdade, na sexta-feira nós fizemos um contato com a maioria dos Conselheiros, que nós
476 conseguimos falar por telefone, reenviamos um fax até para reforçar e procurarmos falar com
477 todos os conselheiros. Até para averiguar se o pessoal tinha realmente recebido as pautas. Os
478 que não receberam e a gente conseguiu imprimir e passar , como o caso da SUDENOR, não do
479 IDENE, e no caso da Associação dos Engenheiros, nós fizemos. Sempre que tiver alguma
480 podemos entrar em contato que nos faremos também a impressão e enviaremos dentro do
481 tempo possível para suas apreciações.

482 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

483 Eu fiquei assustado de não ter Polícia Militar aqui. Faz parte de todas com uma intensidade! E é
484 a quarta perna do sistema do meio ambiente. Não estou entendendo. Alguma coisa aconteceu.
485 Vou falar com o Comandante lá em Belo Horizonte.

486 **Conselheiro Cristiano Henrique - representante do Grupo Ecológico de Monte Azul:**

487 Outra coisa que eu queria reforçar também é sobre nossa dificuldade nossa de estar deslocando
488 de nossa cidade para cá, pois a ONG nossa não tem nenhum recurso para estar fazendo isso e
489 eu gostaria que olhasse com mais carinho essa necessidade nossa.

490 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

491 Isso eu falei já no início nós estamos olhando. Breve, breve nos vamos ter uma resposta para
492 você. Mais alguma coisa? Então vamos passar para o item 4. Item 3, desculpem-me, que vai ser
493 a apresentação da legislação sobre penalidades. Apresentação da SEMAD. Eu vou passar para a
494 palavra o Dr. Augusto, para que ele possa fazer a apresentação e, depois, a gente possa fazer as
495 perguntas necessárias para ele sobre o tema que ele vai desenvolver.

496 **Augusto Horta, Diretor de Normas da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento
497 Sustentável:**

498 O objetivo de minha apresentação aqui hoje é trazer aos senhores e senhoras as informações
499 relevantes sobre uma das atividades que vocês vão desenvolver.

500 Palestra de Dr. Augusto

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

503 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

504 Obrigado, Dr. Augusto. Eu acho, como sempre, brilhante a apresentação. Ela traz muitas
505 dúvidas, eu sei. E é importante que ela traga mesmo. É para isso que nós trouxemos um assunto
506 desse tipo para que a gente possa discutir. Ela é complexa como tudo que nós vamos exercitar
507 aqui no nosso trabalho tanto na parte jurídica como na parte técnica ao longo do tempo. O
508 importante é que nunca vamos deixar vocês sem informações. O importante é que sempre
509 vamos procurar trazer o melhor como trouxemos hoje, o Dr. Augusto aqui para que a gente
510 possa discutir, a gente possa tirar as dúvidas, entrar um pouco mais nos aspectos, nos detalhes
511 desse processo de sanções administrativas. Então, eu abro ao debate. Quem tiver alguma



512 pergunta, eu acho que têm perguntas, eu mesmo tenho muitas. Sempre quando ele fala, eu já
513 ouvi três vezes, sempre quando fala, sempre tenho. Mas eu gostaria de abrir aos senhores hoje.
514 Está aberto às perguntas. Se alguém não entendeu alguma coisa. Se teve dúvida sobre apelações
515 ou processos. Porque nós vamos, gente, ter muito processo aqui sobre isso. É bom que vocês
516 estejam bem seguros na hora de tomar uma decisão.

517 **Conselheira Simone Jamal Gotti: Representante da Prefeitura de Paracatu:**

518 Dr. Augusto, eu queria lhe perguntar uma coisa. O Sr. disse que nós aqui não somos meramente
519 homologadores. Aí eu lhe pergunto: se a gente tem um processo aqui, por exemplo, no nosso
520 caso, nós recebemos a pauta apenas uma semana antes. Vamos na hipótese de que tenha algum
521 processo aqui a que a gente tenha que aplicar alguma penalidade. Chega para a gente, nós não
522 temos fotos, a gente tem um resumo só. A gente tem uma narrativa dos fatos. A gente tem
523 alguma dúvida, a gente tem o direito de fazer vista desse processo. Aí eu lhe pergunto: se, por
524 acaso algum Conselheiro aqui precisar fazer uma diligência, precisar ir ao local, isso é
525 concedido à gente? De repente existe um consenso aqui, “a gente quer ir lá ver realmente se
526 houve dano, se não houve dano”. Mesmo porque essa palavra dano é uma coisa muito
527 subjetiva, independentemente de ser justo ou não. Eu acho que a gente tem aqui um poder
528 muito maior, até porque a responsabilidade acaba caindo para a gente. A impressão que dá é
529 que vocês lavam as mãos e jogam o poder da caneta para a gente. É mais ou menos essa a
530 impressão que deu. Não sei se é para todos, mas eu acho que o peso da responsabilidade
531 quando a gente imputa alguém a obrigação e fazer ou não.

532 **Dr. Augusto Horta, Diretor de Normas da SEMAD:**

533 Conselheira, se eu entendi bem, a pergunta é a seguinte: ‘se vocês tem o poder de: 1- requisitar
534 diligências. Tem. Quando não estiverem convencidos de alguns dos fatos trazidos no curso de
535 processo, tem o poder de solicitar diligências; 2- a Conselheira me pergunta se vocês podem ir
536 ao local onde a infração supostamente aconteceu. Tem também esse poder e, com certeza, o
537 Coordenador da Unidade Regional Colegiada aqui do Norte de Minas vai facultar os meios
538 para que isso aconteça. Eu, da minha parte, acho muito bom que isso aconteça: que o juiz, que
539 são os senhores, saiam do gabinete, que é essa sala, e vão até onde o dano supostamente
540 ocorreu. Isso é possível e é até bom que isso aconteça.

541 **Conselheira Simone Jamal Gotti: Representante da Prefeitura de Paracatu:**

542 E quem assume o ônus? Aí eu pergunto vai ser o conselheiro? Por exemplo, o meu caso, vou
543 ter que arcar com essas diligências, os custos disso daí?

544 **Dr. Augusto Horta, Diretor de Normas da SEMAD:**

545 Eu entendo o seguinte: que, na medida que for possível o órgão ambiental pôr os meios de que
546 dispõe à disposição dos Conselheiros, isso será feito. Então, o órgão ambiental está se
547 equipando com veículo, com os próprios técnicos para dar informação aos senhores. Então,
548 com certeza, tudo isso será oferecido para que os senhores seguem a uma decisão mais próxima
549 dos fatos, na medida do possível.

550 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

551 Um instante Simone, só uma complementação rápida. Se os senhores vêm um pouco os filmes
552 americanos e como é que é o julgamento da parte civil, de crime, etc, vocês podem ver que
553 todos eles são feitos com pessoas que decidem também. Isso é muito comum. Aqui no Brasil,
554 agora, também nós temos vários casos. São pessoas escolhidas da sociedade que se sentam, são
555 informadas e vão ali através de seu voto e depois é que é dado o julgamento. Eu acho que, à
556 medida que a gente está representando, a gente tem uma série de dados que são colocados, para
557 que a gente possa fazer, ter consciência o mais certo possível da realidade. Eu não estou
558 dizendo que vai ser sempre a realidade, mas que a gente possa chegar e que a gente esteja



59 consciente na hora em que opina sobre um determinado fato. Isso é difícil na vida toda, em tudo
60 que a gente faz na vida. As tomadas de decisões na nossa vida já são complicadas. Sim ou não é
61 sempre difícil. E sempre quando você diz sim, você vai agradar uma turma e desagradar outra.
62 Por isso que, nos cargos públicos nós só podemos ficar pouco tempo, porque sempre temos que
63 dizer sim ou não e sempre vamos desagradar alguns. E isso vai criando, de certa forma, um
64 processo de imagem muitas vezes distorcida. Quem não conhece bem os problemas dos bancos
65 que trocam continuamente seus gerentes bancários exatamente porque têm que dizer sim e não
66 sobre dinheiro. Isso é um desgaste, muitas vezes, da própria imagem da pessoa. Isso é natural.
67 Agora é muito importante que as pessoas tenham consciência do seguinte: existe, na medida em
68 que a gente..., e eu já contei para vocês que eu já passei uma situação mais ou menos delicada
69 nesse processo. A simples acusação não quer dizer culpa, não quer dizer que existe culpa. E nós
70 poderíamos criar um sistema que nós, lá de Belo Horizonte mesmo, ou como acontece muitas
71 vezes num processo de transgressão, por exemplo, de multa por carteira, por velocidade do
72 carro, você é multado, depois você recebe em casa a multa e paga ou, então, você está perdido.
73 Nós poderíamos fazer isso. Existe em vários estados do Brasil: simplesmente você emite o
74 laudo e você paga, depois vais discutir na justiça e provar que não. Em Minas é um pouco
75 diferente. Nós levamos a mais uma maneira de a pessoa poder se defender e poder dizer que
76 possa ter havido um engano, um equívoco. É um processo muito democrático, mas de uma
77 certa forma é preciso que a sociedade esteja participando disso. Por isso é que esse sistema foi
78 feito exatamente por Conselhos, aproveitando que o COPAM, que é o Conselho de Política
79 Ambiental do Estado, já existe para outros casos também de licenciamento ou os casos de
80 discussão sobre política estadual, que é um Conselho de Política. Não podemos nos esquecer
81 disso, que ele tem por fim também a decisão sobre algumas políticas públicas como
82 licenciamento, como a sanção, que são políticas, como estão transcritas em normas
83 deliberativas, leis, etc. Então, a sociedade é chamada também para contribuir e para, discutir os
84 fatos, crescer de fato. É lógico que, se houver alguns problemas. São poucos problemas que eu
85 já vi nesse sentido. É lógico que sempre vai ter. A pessoa vai recorrer e sempre vai ter; pessoas
86 vão lá dizer o que é na realidade aconteceu. Foi assim comigo, quando estava na FIEMG, eu
87 tinha certeza que não tinha culpa. Por ser Presidente de um Conselho nem votar, é apenas
88 decidir o que o Conselho decidiu através do voto democrático. Eu não tinha culpa nenhuma
89 sobre um fato democrático, sobre uma instituição devidamente acordada com a sociedade e
90 apoiada pela legislação nossa através da Constituição. Ela foi apoiada pelo órgão, pela
91 Assembléia, e Congresso, etc... O licenciamento não fui eu que criei o licenciamento ambiental.
92 Mas, eu acho que de qualquer forma, eu só gostaria de colocar uma coisa. Eu acho que uma
93 tomada de decisão, um voto, é sempre uma posição de vocês. E nós vamos procurar fazer o
94 nosso papel que é lhes dar toda, toda a informação necessária sobre isso. E, mesmo quando não
95 existir e vocês tiverem muitas dúvidas, nós temos instrumento, instrumentos que eu vou usar
96 aqui: tirar de pauta, pedir mais informações; vocês podem pedir “eu quero saber mais
97 informação”, “eu quero pedir vistas a esse processo”. E nessas vistas vocês vão ter todas as
98 informações sobre o processo. Vocês vão ter acesso a todas as informações que vão ajudá-los,
99 todos vocês, para que vocês tenham uma idéia mais formada sobre o assunto, que, muitas
600 vezes, na nossa reunião não ficou bem claro. Ou, às vezes, documentação que não foi... e para
601 vocês não foi o suficiente. Tem alguns casos que são muito claros. A gente, eu pelo menos...
602 vamos discutir, mas está muito claro. Vai, vai a um local. Você tem uma lei que obriga aquela
603 atividade a ter licenciamento, e não tem licenciamento. O fato está bem caracterizado. A não
604 ser que alguém fale: “Oh! Não! Não é bem assim! A empresa nem existe mais, mas, na época.
605 De quem você vai cobrar? O cara já foi embora.” Existem algumas coisas que acontecem, mas



606 está bem caracterizado. Agora, existem alguns que trazem, na realidade, maior discussão. E é o
607 que nós vamos fazer aqui procurando dar a vocês todos os instrumentos de que vocês precisam
608 para dar o seu voto.

609 **Dr. Augusto Horta - Diretor de Normas da SEMAD**

610 Só complementando. A Conselheira disse que nos lavamos a nossa mão. Eu não leio assim não.
611 Pelo contrario, nos compartilhamos com os Senhores Conselheiros uma obrigação que, na raiz,
612 é dos Senhores, mas depende de nossa atuação. Vejam os Senhores, se nós trouxermos aqui
613 autos de infração inverídicos, nos vamos pagar um preço por isso. Nós vamos estar
614 desmoralizados, completamente. De maneira nenhuma eu acho que nós lavamos as nossas
615 mãos. Se trouxermos laudos de infração de infrações que não existiram, estaremos
616 desmoralizados. Se trouxermos laudos de infrações que existem de fato e nós não
617 reconhecemos, nós aí estaremos sendo omissos. E aí a responsabilidade é nossa, porque eu
618 frisei bem que toda ação ou omissão, inclusive a nossa. Então, de maneira nenhuma. Estamos
619 de mãos dadas com os Senhores nisso, embora é preciso dizer que a decisão final é dos
620 Senhores, baseada no nosso trabalho. E o Secretario fez referência à parte recursal a que eu me
621 esqueci de me reportar na minha exposição. Depois disso tudo, da aplicação reconhecida, a
622 multa aplicada, a multa medida, o infrator terá direito de reconsideração, no caso de infrações
623 gravíssimas, ao COPAM Regional, ou terá o direito ainda de recorrer. Aí à instância que vai
624 decidir sobre o recurso da decisão aqui será o plenário do COPAM em Belo Horizonte. E um
625 outro aspecto importante, não tanto a ver com a infração, com a aplicação da infração, mas
626 com política ambiental traçada para essa matéria. A legislação permite que se o infrator assinar
627 um termo de compromisso com o sistema ambiental, termo de compromisso este que tem força
628 de título extra-judicial, comprometendo-se a reparar o dano que causou, essa multa pode ser
629 reduzida em até 50%. Isso para provar que nós aqui do sistema não temos nenhuma sanha
630 arrecadatória. Primeiro, porque trouxemos a advertência, depois realinhamos os valores das
631 penalidades e, ainda por cima, essa regra tradicional da possível redução, se o infrator quiser.
632 Porque a nós não nos interessa a arrecadar, deve interessar a Secretaria da Fazenda. A nós da
633 secretaria de Meio Ambiente interessa prevenir, número 1, os danos ao meio ambiente e,
634 número 2, contribuir para a reparação no caso de eles terem acontecido.

635 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

636 Mais alguma coisa? Por favor. O nome.

637 **Conselheiro Julio Pereira – Representante do Sindicato Rural de Montes Claros:**

638 Nós recebemos aqui um volume Deliberação Normativa Nº 01/90, proposta de revisão. Eu
639 gostaria de saber se isso é para nós estudarmos e propormos uma revisão.

640 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente**

641 Eu vou falar logo depois que ele acabar .

642 **Conselheiro Marcelo Condé - Representante do Ibama:**

643 Minha pergunta era referente ao que o Augusto falou aí. Eu não sei se é essa a pergunta mesmo.
644 Mas uma vez indeferido o recurso do infrator aqui no COPAM regional, ele teria, então mais
645 uma chance de segunda instância no COPAM central, seria isso? A segunda questão é uma vez
646 também o infrator querendo reparar dano, teria uma redução de 50% por cento do valor da
647 multa, agora este termo de ajuste seria só administrativo, no órgão, ou teria alguma participação
648 também do Ministério Público?

649 **Dr. Augusto Horta – Diretor de Normas da SEMAD:**

650 Não obrigatoriamente, porque nós, pela Lei de Ação Civil Pública, 7397, dos órgãos
651 ambientais, temos legitimidade para propor assinatura de termos de ajustamento de conduta,
652 com força de título também extra-judicial e o Ministério Público também. O Ministério Público



653 usa este instrumento evidentemente antes da propositura de uma ação civil pública. Ou para
654 evitar a propositura de uma ação civil pública. Mas nós podemos fazer isso em sede
655 administrativa. Mas nada impede que os dois assinem esse termo de ajustamento de conduta.
656 Isso é mais uma questão de política entre os dois órgãos, poder Executivo e o Ministério
657 Público, do que de uma negação legal. Os dois estão legitimados a assinar conjuntamente. E é
658 muito bom que assinem conjuntamente. Tem ganhos.

659 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente**

660 Mais alguma pergunta? Quero dizer a vocês, no final, só para vocês terem uma idéia, que isso
661 já funciona há 20 e tantos anos. Só que isso ficava muito longe de vocês.

662 Isso acontecia em Belo Horizonte e muito pouca gente tinha acesso a isso. Nós estamos
663 trazendo para aqui, essas decisões. De qualquer maneira, o cumprimento da lei já era feito, as
664 penalidades já eram impostas, já eram feitas. Só que agora nós vamos gradativamente, à medida
665 que nós formos crescendo, fazendo com que as penalidades que aconteceram na região Norte
666 sejam julgadas pelo COPAM da Região Norte.

667 **Dr. Augusto Horta – Diretor de Normas da SEMAD:**

668 Só para esclarecer um ponto: quando se assina um termo de compromisso, o que, que primeiro
669 acontece é uma suspensão da aplicação da penalidade. Nenhum tostão o empreendedor vai
670 dever aos cofres públicos. Depois que se atesta o cumprimento das obrigações, aí a multa vai
671 ser reduzida em até 50%. Por quê? Penalidade houve, infração houve, mas ela vai ser
672 abrandada, muito abrandada, nesse caso, pela assinatura do termo de compromisso. Mas, no
673 primeiro momento, vai ser simplesmente suspensa a cobrança da multa. Inclusive, é claro, para
674 deixar margem econômica para o infrator reparar o dano ao meio ambiente. Se nós exigíssemos
675 a multa, ou a reduzíssemos em 50% imediatamente, ele iria gastar com a multa e gastar com a
676 reparação. Então nós suspendemos. Ele gasta com a reparação, nós atestamos a reparação e
677 reduzimos a multa em até 50%.

678 **Conselheiro Janeir Soares Barbosa – Representante da Prefeitura de Pirapora**

679 Todos os infratores têm direito a esse termo de ajustamento de conduta ou quais são as
680 exceções?

681 **Dr. Augusto Horta – Diretor de Normas da SEMAD:**

682 O termo de ajustamento de conduta não é um direito. É uma faculdade que o órgão ambiental
683 tem, que o Ministério Público tem de fazer esse contrato com o empreendedor. Ele pode até
684 requerer, mas o órgão ambiental pode se negar a assinar esse documento. Não é propriamente
685 um direito. Não é só pedir que, por direito, esse documento terá que ser lavrado. Não. É uma
686 faculdade dos órgãos ambientais. É claro que vai contar os antecedentes, vão contar a conduta
687 do infrator na reparação desse dano.

688 **Conselheira Simone Jamal Gotti: Representante da Prefeitura de Paracatu:**

689 Por exemplo, no processo administrativo ele demora mais que um processo do Ministério
690 Público. Pode até acontecer de assinar um TAC já a ação em curso. Existe isso, inclusive com
691 a participação do juiz. A participação desse TAC pelo empreendedor não funciona com
692 atenuante para os órgãos administrativos, considerando que o empreendedor já vai estar
693 fazendo os ajustes, ainda que seja de forma penal, os motivos tenham sido penais ou civis, ali já
694 estão previstos todos os tipos de danos e todas as reparações, ele não funciona como atenuante
695 ou na suspensão do processo administrativo?

696 **Dr. Augusto Horta – Diretor de Normas da SEMAD:**

697 Não. Veja bem. A reparação civil e a reparação administrativa e a condenação penal são
698 independentes. Não se comunicam assim, facilmente, não. Agora, quais são as atenuantes? São
699 quatro só, que nós vimos. Reparação imediata do dano: isso, sim, atenua. Não o TAC. O TAC,



700 não. Mas a reparação que foi provocada pelo TAC, sim. Fazendo essa distinção técnica, eu
701 posso esclarecer assim. Não basta trazer um TAC e falar: “Olha, agora atenua minha
702 penalidade e faça com que ela inexista”. Não. Nós vamos atuar com base na separação
703 comprovada do dano ambiental. Agora, a responsabilidade, insisto, a responsabilidade
704 administrativa independe da responsabilidade civil que foi resolvida com a assinatura de um
705 TAC.

706 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente**

707 Nesse aspecto, Dr. Augusto vai me ajudar se eu falar bobagem, nesse aspecto, muitas vezes
708 existe um acordo entre o próprio Ministério Público e o órgão ambiental, nas discussões desses
709 processos. Muitas vezes é feito um termo de ajustamento de conduta baseado na interação entre
710 eles. O Ministério Público, muitas vezes, precisa de uma formalidade técnica no processo.
711 Técnica específica, muitas vezes. Uma mineração, técnico específico em mineração, está nos
712 órgãos ambientais. Ele usa isso. É muito comum, hoje, nos recebemos um mundo de pedidos do
713 Ministério público, se vocês não sabem. Tanto a FEAM quanto o IEF estão recebendo um
714 mundo de pareceres técnicos para mandar para o Ministério Público, Promotorias Públicas. Eu
715 acho que, de qualquer maneira, isso é sempre discutido. O próprio COPAM utiliza muito os
716 TACs, na sua discussão. Os termos de ajustamento de conduta são discutidos, pedidos pelos
717 próprios Conselhos. Isso é feito. Feito constantemente. Mais alguma pergunta? Muito obrigado,
718 Dr. Augusto pelas informações. Eu acho que foi excelente. É por aí. Nós vamos ainda voltar,
719 discutir. Gradativamente, na próxima reunião, eu já vou trazer uns pequenos casos para a gente
720 começar a treinar até chegar lá. A gente vai começar, até começar a trazer casos mais difíceis,
721 mais complexos, à medida que a gente vai acelerando e vai entrando nesse processo. Por isso é
722 que eu fico tão chateado de ver que oito pessoas não vieram, porque é oportunidade de a gente
723 crescer junto. A gente, às vezes, cresce e as pessoas que vierem aqui, na próxima vez, vão ter
724 dificuldade, já não vão acompanhar, e a gente tem dificuldade de dar 6ª FOLHA: andamento
725 nos processos que vêm aqui para o Norte. Então, a gente segura em Belo Horizonte, porque
726 esses processos hoje continuam sendo feitas em Belo Horizonte. Eles só vão vir para cá à
727 medida que a gente cresça. Eu não vou trazer para cá sem que a gente esteja preparado para
728 enfrentar. Então, por isso é muito importante que todo mundo cresça, que o COPAM cresça
729 junto. Nós somos um colegiado. Não somos uma pessoa, mas um colegiado trabalhando
730 integrado. Então, vamos passar para nossa próxima pauta que é Processo Administrativo, item
731 5, para exame de licença de operação corretiva, apresentação IEF. Nós vamos estar discutindo
732 Licença de Operação Corretiva. São dois itens: 5.1 e 5.2. Os senhores receberam. Todos os
733 senhores tiveram acesso já à leitura dele. Sempre que nós trouxermos aqui, nós estamos
734 mandando com tempo adequado, pelo menos 8 ou 9 dias, para que os senhores tenham um fim
735 de semana, tempo de verificar esse material, dar uma lida nesse material e poder aqui
736 questionar seus problemas. Por isso é que nós estamos fazendo um esforço tremendo, porque,
737 legalmente, nos temos cinco dias para entregar isso para os senhores. Nós estamos mandando
738 com 10 dias, pelo menos, uma correria tremenda. Mas nós vamos conseguir mandar para todas
739 as Unidades Regionais com tempo adequado para que os senhores possam ler, possam vir aqui
740 devidamente instruídas para que a gente possa fazer o licenciamento. Tem dois aspectos: nós
741 vamos trabalhar muito em cima de dois processos. Primeiro, item por item, quando o processo
742 for mais complexo e enquanto a gente estiver nesse sistema de aprendizado. Então a gente vai
743 fazer item por item, lendo, às vezes, a justificativa para que agente acompanhe. Mais, na frente,
744 nós vamos trabalhar em bloco, como se trabalha hoje em Belo Horizonte. Então a gente traz
745 sete, oito postos de combustível, por exemplo. A gente vai ler os sete, oito postos. Depois nós
746 vamos dar o destaque. E a pessoa fala, depois que vocês leram em casa, vocês falam: “destaque



no item do posto dois, eu gostaria de destaque”, “item 4, destaque no seis”. O resto, ninguém tem destaque, fica só apenas na aprovação, quando a gente traz o voto para aprovação ou não. Os destaques, eu vou dar a palavra e nós vamos discutir os destaques, procurando usar aí a FEAM, o IGAM, o IEF, todo o corpo técnico nosso, para dar aos senhores os devidos esclarecimentos sobre as dúvidas que os senhores têm. Se as dúvidas não estiverem completas, eu posso tirar o processo. Se os senhores não estiverem satisfeitos, podem pedir vistas ao processo, que volta na próxima reunião, para que a gente volte a discutir e esclarecer aos conselheiros aqueles problemas, para ver se tiramos as dúvidas que persistiram na nossa discussão aqui. Então, esses são dois itens que eu trouxe. Eu gostaria de pedir ao Guilherme me ajude aqui na leitura desse processo. Eu até gostaria de dizer que o técnico do IEF está aqui, que a jurídica do IEF também. Eu gostaria que eles se levantassem para vocês conhecerem. O técnico do IEF fez inclusive esses dois processos. Nós vamos ter sempre um técnico junto conosco aqui para esclarecimentos. A Jurídica do IEF, a parte jurídica, você sempre tem o parecer jurídico eo parecer técnico. Então eles estão presentes para tirar as dúvidas que vocês vão ter no processo. Eu gostaria de ler. Pelo menos esses nós vamos ler. Esses dois, que a gente ainda está exercitando. INCRA, 5.1 – INCRA-MG. Fazenda Boa Esperança, Projeto de Assentamento, Verdelândia, P.A. nº 85/03/01/03. Guilherme, por favor.

Guilherme Guimarães – COPAM Regional Norte:

“Resumo: Parecer Técnico IEF/COPAM 122/03- Empreendedor: INCRA/MG – Município: Verdelândia-MG, Fazenda Boa Esperança-Projeto de Assentamento.Área registrada 2.302,56 hectares – Área levantada pelo INCRA 2.302,56 hectares. O imóvel em questão, ora denominado de Fazenda Boa Esperança situado no município de Verdelândia – MG, foi declarado imóvel com portaria de criação do programa de assentamento em 29/08/89. O FCE, apresentado pela Equipe Técnica do INCRA – MG, teve sua elaboração em janeiro de 2001, o qual visa à obtenção da Licença de Operação Corretiva – LOC para o Projeto de Assentamento – PA com capacidade estimada para o assentamento de 30 famílias definitivas conforme DN-COPAM nº 44 de 20 de novembro de 2000. O imóvel, objeto do presente, tem área de 2.302.56ha, dividida em 30 (trinta) parcelas de 28,00ha e possui uma área coletiva de 648,74ha onde está instalada a escola, armazém, e outras infra estruturas de apoio, possui ainda uma área de Reserva Legal de 809,88ha que encontra-se demarcada mas não averbada. A Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES cujo objetivo têm sido o de fomentar e catalisar os processos de desenvolvimento, dentro de uma visão de sustentabilidade e integração regional foi contratada pelo INCRA para elaborar estudos ambientais, e estabeleceu parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais –UFMG e com a Cooperativa Multidisciplinar de Assistência Técnica e Prestação de Serviços Ltda- COOMAP.” Passarei ao direto para a conclusão do Parecer Técnico, tendo em vista que os documentos estão aí com vocês. **Conclusão:** “Diante do exposto, opina essa Assessoria Técnica pelo deferimento da concessão da Licença de Operação Corretiva (LOC), para o Projeto de Assentamento da Fazenda Boa Esperança, desde que atendidas, as condicionantes listadas no Anexo I deste parecer. É o parecer.” O Jurídico que tratou desse assunto. Apresentando a conclusão do Parecer Jurídico – Parecer 222/2004: “Da conclusão: Pelo exposto, opina essa Procuradoria Jurídica pela concessão da Licença requerida, sem entrar no mérito do Parecer Técnico, ciente do dito latino peritio in arte credendum: deve-se dar crédito aos peritos no assunto. Salientamos ao empreendedor que o descumprimento de condicionantes é um ato passível de autuação e que a licença ambiental não assegura, ao seu titular, a manutenção do status quo vigorante ao tempo de sua expedição, sujeita a prazo de validade.” Condicionantes: A seguir são apresentadas as condicionantes de parecer à serem cumpridas num prazo máximo de 360 dias:



- 74 1- Cercar, acerrar, proteger e revegetar áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.
75 Evitar o superpastoreio e restringir o acesso dos animais domésticos às áreas de Preservação
76 Permanente, Reserva Legal, e lagoa de dessedentação. Relocar estrada que corta a Reserva
77 Legal e providenciar averbação da mesma.
78 2- Implantar viveiro de mudas (nativas, exóticas, frutíferas) para recomposição das áreas dos
79 lotes dos assentados, áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, e áreas coletivas
80 como ao redor da escola e sede da associação.
81 3- Implantar estrutura de saneamento básico com a construção de fossas sépticas e sumidouro
82 conforme normas ABNT.
83 4- Monitoramento anual das águas do Córrego Macaúbas à jusante e à montante do projeto de
84 assentamento, junto aos poços, à jusante e montante da área de plantio do bananal.
85 5- Implantar comissão para fiscalização efetiva do uso dos agrotóxicos no que diz respeito ao
86 uso de EPI, recolhimento e destinação das embalagens dos agrotóxicos utilizados, local de
87 lavagem e abastecimento dos pulverizadores, tríplex lavagem dos vasilhames, e construção
88 do depósito para acondicionamento dos mesmos.
89 6- Apresentar receituário Agrônômico, e comprovação de destinação das embalagens vazias
90 conforme normas do IMA.
91 7- Adotar práticas de conservação do solo como plantio em nível, rotação de culturas,
92 construção de terraços, construção de bacias de captação de água pluvial, restringir o uso do
93 fogo e incentivar práticas de controle biológico e técnicas alternativas adaptadas à
94 agricultura familiar.
95 8- Elaborar proposta de Desenvolvimento Social para viabilizar a realização de trabalho
96 participativo da comunidade local com o objetivo de conhecer os principais problemas e
97 respectivas alternativas de solução.
98 9- Implantar, executar e monitorar ações de capacitação, palestras e visitas técnicas que visem
99 à melhoria das relações interpessoais e à aquisição de novos conhecimentos de forma a
80 contribuir para o fortalecimento dos assentados.
81 10- Regularização do sistema de abastecimento de água para o abastecimento domiciliar e nas
82 áreas coletivas. Apresentar renovação das outorgas no seu vencimento em 03 de dezembro
83 de 2008
84 11- Implantação de pomar com frutíferas aclimatadas próximo à área da escola para atender a
85 mesma.
86 12- Regularização dos assentados dos lotes 11, 13, 14.

87 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente**

88 Antes de começar, só saber se existe alguém interessado diretamente nesse processo, na platéia,
89 INCRA. Alguém? Eu coloco em discussão. Alguma pergunta dos Conselheiros? Por favor,
90 aqui.

91 **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

92 Nós somos interessados, certamente. É que dentro de uma visão de desenvolvimento
93 sustentável é importante a distribuição de “ativo”? E essa é uma questão onde nos remete
94 aquela dificuldade de nossa responsabilidade. Até onde nos podemos dar, de uma maneira mais
95 imediata, favorecendo o combate à pobreza rural, favorecendo o acesso a ativos e, ao mesmo
96 tempo, garantindo a sustentabilidade desse empreendimento. Essa questão tem sido
97 amplamente discutida. Nós somos interessados nela, porque nós somos coordenadores de um
98 projeto chamado Crédito Fundiário que é um programa federal também. Está a cargo do
99 IDENE, junto com a EMATER, com o IEF. O próprio IEF participa da Unidade Técnica
80 Colegiada. E existem algumas questões que a gente acredita que serão comentadas na revisão



841 da própria 01/90. Não sei se ela entra no mérito da Deliberação Normativa 44. Se a gente
842 estaria abordando essa questão aqui hoje que é muito importante. Essa Deliberação Normativa
843 44, ela é específica para assentamento do INCRA, que aquilo que está seguindo aqui. A gente
844 gostaria de ter a oportunidade de estar debatendo mais essa questão. Agora a pergunta que eu
845 tenho para fazer aqui é que a equipe técnica do INCRA elaborou em janeiro a proposta de
846 obtenção, é isso? Em janeiro e 2001, seria isso?

847 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente**

848 E que ela estaria sendo levada à aprovação 3 anos e alguns meses depois? Seria isso? Se for
849 isso, no nosso entendimento, realmente é um óbice complicador da vida desse pessoal que
850 precisa desse licenciamento para o acesso ao PRONAF-A e sustentabilidade econômica de seu
851 empreendimento.

852 **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

853 Boa tarde. A princípio foi isso mesmo. O FCE, o documento que dá início a todo o processo de
854 licenciamento foi elaborado em 2001 e só agora vem sendo julgado. Mas esse assentamento já
855 está instalado há mais tempo e o processo dele é um processo de licenciamento de operação
856 corretivo. Os assentados, como foi descrito aí, já tiveram acesso a verbas do PROCERA, já
857 tiveram assistência técnica, mas, no momento, eles estão desacobertos de qualquer crédito,
858 de qualquer assunto. Pelo menos é o que a gente sabe. E o que o senhor perguntou, a questão é
859 essa mesmo: o FCE foi elaborado em 2001 e só agora está sendo objeto de licenciamento. O
860 processo de desenvolvimento, porque esse processo também de apresentação do projeto base de
861 assentamento foi feito no final de 2003. Então, só agora é que ele vai ser julgado mesmo.

862 **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

863 Realmente, eles são dados que preocupam pelo volume que nós temos de assentamentos. Só
864 nesses assentamentos...

865 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

866 Só lembrar que a documentação desses documentos, a formularização é de 31 de agosto de
867 2003.

868 **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

869 Então ele só ficou concluído...

870 **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

871 O projeto base de assentamento, elaborado pela Unimontes, só foi apresentado nessa data aí.
872 Nessa data de agosto de 2003 é que ele deu entrada como projeto base de assentamento para
873 seu analisado, mas o FCE teve início em, 2001.

874 **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

875 Outro dado interessante além dessa dificuldade, desse prazo que a gente está vendo aqui, talvez
876 aqui tenha a dificuldade do próprio INCRA estar contratando alguém para estar
877 complementando as informações. É possível que tenha acontecido isso. Mas é importante a
878 gente saber também o custo. Quanto é que custa isso. No caso do INCRA, o empreendedor é a
879 União. É ele que paga, é ele que banca esse custo desse licenciamento. E no caso de projetos
880 como Crédito Fundiário que é um acesso direto da associação, da negociação direta da
881 associação de trabalhadores com o proprietário. Ou seja, ele está tomando um empréstimo para
882 adquirir uma terra e recebendo um recurso a fundo perdido para implantação da estrutura
883 produtiva e social. Seria o mesmo procedimento? Essa é uma questão que a gente tem colocado
884 aí.

885 **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

886 A questão do assentamento se remete ao número de famílias. É baseado pela DN 01/90
887 segundo número de famílias a serem assentadas. O que a gente sabe é que, quando o processo



888 tem 25 famílias a serem assentadas, ele recebe uma licença simplificada. Isso aí é um custo
889 bem inferior ao processo que tem as três licenças, no caso a prévia, a de instalação e de
890 operação. A princípio, o que demanda mesmo é em cima do número de famílias assentadas que
891 vai decidir o custo do processo, o custo de fiscalização e a própria elaboração do parecer
892 técnico. São os custos de análise do processo.

893 **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

894 O que mais compromete aqui é no caso de o empreendedor ser uma associação comunitária e
895 não uma instituição, como, no caso aqui, é o Incra que é o empreendedor. No Crédito Fundiário
896 o empreendedor é uma associação civil, uma sociedade civil. Nesses termos ela se enquadra na
897 DN 44 ou ela é diferenciada? A DN 44 seria só para assentamento do INCRA? Essa é a
898 pergunta.

899 **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

900 Que eu saiba... Vou passar para o jurídico, que pode responder melhor.

901 **Márcia – Assessora jurídica do IEF:**

902 Boa tarde a todos. A DN 44, ela foi estipulada realmente para o INCRA. No caso de outros
903 assentamentos, nós temos a Resolução 289 que tem todas as diretrizes tanto para o órgão
904 licenciador como para o empreendedor.

905 **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

906 A 289 é federal?

907 **Márcia – Assessora jurídica do IEF:**

908 Ela é federal

909 **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

910 Mas o termo de ajustamento de conduta que foi feito entre o Ministério Público Federal e o
911 Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra, ele não
912 flexibiliza isso aí, não?

913 **Márcia – Assessora jurídica do IEF:**

914 Não, porque o Ministério Público é o órgão judiciário, ele não tem o poder de legislar. Então, o
915 poder de legislar vem do Poder Executivo, Poder Legislativo. O Ministério Público
916 simplesmente faz com que a ordem se cumpra. Então, nesse caso, foi feito esse termo onde eu li
917 um termo de ajustamento de conduta mudando certos procedimentos. Não válido exatamente
918 por causa dessas situações. O Ministério Público é Poder Judiciário. Ele não tem essa
919 competência, a não ser que isso seja levado aos poderes competentes.

920 **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

921 Na revisão da DN44, agora estaria sendo feita alguma diferenciação dos assentamentos do
922 modelo do INCRA para esse assentamento que é uma relação de civil com o proprietário, sem o
923 processo, sem ser na base de conflito, sem ser na base de indenização, uma compra direta,
924 como se fosse uma pessoa comprar uma terra. Ele não teria que fazer um licenciamento, um
925 particular que comprar uma terra. Então, essa é uma questão importante. A gente tem discutido
926 o assunto. A gente entende que uma flexibilização para um número maior de famílias vai
927 contemplar quase que, de uma maneira geral, os projetos do Crédito Fundiário. Mas essa
928 questão não está clara. Ainda tem uma discussão muito forte, nesse sentido aí, do que é
929 assentamento, o que não é. Mesmo porque a associação pode comprar a terra e não levar para
930 frente o assentamento. Tomar dinheiro, pagar, separar e não fazer o assentamento. Essa questão
931 do momento em que seria necessário um licenciamento para esse outro projeto que é conduzido
932 em outras bases. Qual seria a diferenciação a ser feita aí?

933 **Dr. Augusto Horta - Diretor de Normas da SEMAD**

934 Eu também tive oportunidade de conhecer esse processo. O que faz uma atividade ser sujeita a



985 um licenciamento ambiental não é o empreendedor, mas o dano que potencial eu efetivamente
986 ela causa ao meio ambiente. Então, nos entendemos, quando nos analisamos esse caso, que a
987 atividade, independente do empreendedor ou da modalidade como ele se desenvolve, causa
988 impacto no meio ambiente e que o comando legal, até que a lei seja mudada, para nos era exigir
989 o licenciamento dessa atividade. Por isso que o processo de licenciamento foi desenvolvido e os
990 senhores então julgado aqui hoje, numa interpretação bastante estrita da legislação. A atividade
991 causa impacto no meio ambiente independente do empreendedor, independente da modalidade
992 e, portanto, deve ser controlada em seus aspectos negativos. Sobre a revisão, de fato não há
993 uma revisão da DN 44, em curso, a que há é uma revisão dos portes do potencial poluidor da
994 01/90, ou seja, qual é o nível, no caso, de intervenção e de ocupação no solo, que vai gerar o
995 licenciamento por parte do Estado. Então, não há nenhuma discussão específica para alterar a
996 DN 44, mas pode haver, inclusive com sugestão deste Conselho.

997 **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

998 O entendimento também que esse licenciamento aqui do pessoal claramente é para que eles
999 tenham acesso ao PRONAF-A, acesso ao recurso. É uma condicionante para que eles tenham
1000 acesso ao recurso do PRONAF-A. No caso do Crédito Fundiário, esse recurso é automático no
1001 PRONAF-A. Então, você não tem exatamente o momento em que teria que ser feito, você não
1002 tem o momento crítico, exato, nesse momento é que vai ser feito o licenciamento. Isso também
1003 é uma dúvida que ficou. Ainda não está muito claro em momento uma associação que fez uma
1004 proposta de financiamento para adquirir uma terra, em que momento é ela teria que estar
1005 efetivando seu licenciamento ou simplificado, seguindo a 064 do IEF, ou o mais completo,
1006 seguindo a DN 44.

1007 **Dr. Augusto Horta – Diretor de Normas da SEMAD:**

1008 Os outros órgãos financiadores é que costumam exigir, no mínimo, a licença prévia. A licença
1009 prévia para concederem o financiamento. Mas eu não sei exatamente quais são as regras desse
1010 programa específico.

1011 **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

1012 Essas regras foram apresentadas ao IEF. Tivemos discussões, pareceres.

1013 **Dr. Augusto Horta – Diretor de Normas da SEMAD:**

1014 Compra de terra não causa impacto no meio ambiente. Compra de terra não, utilizar o solo,
1015 sim.

1016 **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

1017 O importante então não estaria não seria então a condicionante para que a proposta fosse ao
1018 Conselho, fosse aprovada no Conselho, e que a aquisição fosse efetivada. Então, não cabe aqui
1019 a questão do licenciamento prévio, como o Senhor já colocou. Não é um licenciamento prévio,
1020 porque ele só vai se efetivar se ele conseguir comprar terra e se ele resolver que vai implantar
1021 ali o assentamento. Seria isso o entendimento.

1022 **Márcia - Assessoria Jurídica da SEMAD**

1023 A compra do imóvel está isenta de qualquer licenciamento. Qualquer um pode ir lá e comprar
1024 um pedaço de terra. Mas, a partir do momento em que ele vai instituir ali alguma coisa, alguma
1025 atividade que corte uma árvore, que degrade o meio ambiente, ele está sujeito ao licenciamento
1026 também. O licenciamento prévio ele vem por quê? Ele vem provar a viabilidade do
1027 empreendimento. Então, comprou-se o imóvel, tem-se a intenção de colocar ali famílias, criar
1028 bovinos, suínos, tem que ter o licenciamento prévio para poder o órgão atestar se é viável essa
1029 intenção do empreendedor ou não. Daí, exigência do órgão ambiental para o licenciamento
1030 prévio. A compra do imóvel, isso nós já discutimos bastante, não implica no licenciamento, e
1031 sim, o que vai ser desenvolvido lá dentro.



982 **Dr. Augusto Horta – Diretor de Normas da SEMAD:**

983 Ou seja, a compra do imóvel deve anteceder a licença de instalação e não a licença prévia, no
984 caso de ser prévio a modalidade do licenciamento, que não é o caso aqui que já é corretivo. Já
985 está tudo preparado.

986 **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

987 No caso desse projeto, após a aquisição da terra, devera ser providenciado um licenciamento ou
988 simplificado ou o da DN 44.

989 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

990 Ou simplesmente o cadastro pela nova 01/90, que nos estamos discutindo. Que vai cair
991 abaixo... Aí vem o número de famílias assentadas, tudo aquilo. Mas isso deixa que na outra eu
992 vou citar o exemplo de uma reunião que nós fizemos com o INCRA.

993 **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

994 Obrigado, Secretário.

995 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

996 Muito bom. Isso mesmo. Obrigado. Mais alguma?

997 **Conselheiro Julio Gonçalves Pereira – Sindicato Rural de Montes Claros.**

998 Só para dizer que nos analisamos um projeto. Nós passamos os olhos num projeto e gostamos
999 demais. É um assunto importante que pretende consolidar um assentamento em caráter
1000 permanente. Não precisa dizer aqui os problemas que o Brasil está tendo com problema de
1001 assentamento. E vamos regularizar um. Nos só lamentamos não ter uma pilha de projetos desse
1002 para aprovar aqui. As condicionantes estabelecidas são razoáveis, sensatas, com prazo bom
1003 para serem cumpridas. E nós verificamos também que tem um parecer favorável técnico e o
1004 jurídico. Nos lamentamos não ter uma pilha dessas para aprovar aqui. E eu pediria até para ver
1005 se não existe, nos processos a serem julgados, outros processos como este, para terem
1006 prioridade, face aos problemas existentes no país. É só o que eu queria falar.

1007 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1008 Obrigado. Por favor. Desculpe-me. Pela ordem.

1009 **Conselheiro Pedro Narciso - Secretário de Meio Ambiente de Montes Claros.**

1010 Eu queria apenas, e solicitaria a atenção do representante do IDENE, Dr. Wallen, que
1011 questionou qual seria a ordem de apreciação das licenças para os projetos, esses projetos de
1012 assentamento. Inicialmente também, eu responderia, pelo conhecimento que tenho da causa,
1013 que, quando Julio Pereira, o membro Julio Pereira, questiona que nos deveríamos ter uma pilha
1014 de projetos como este, e nós ainda não temos uma pilha de projetos para serem apreciados aqui
1015 ou em outras regiões do COPAM, dada a dificuldade e falta de esclarecimentos a respeito disso,
1016 tanto por parte do IDENE como também dos COPAMs, os órgãos licenciadores. Até hoje ainda
1017 não estamos cientificados, e acho que até o próprio IDENE ainda não sabe, como proceder em
1018 termos de licenciamento e poder fazer uma análise prévia do impacto ambiental para saber se
1019 vai conseguir ou não a licença, porque essa licença é muito importante. Porque não adianta
1020 aquela associação fazer o projeto, levar ao banco, conseguir a documentação toda necessária e
1021 no final, ele não conseguir a licença ambiental, porque ele não vai conseguir o crédito junto,
1022 principalmente quando o agente financeiro for o Banco do Nordeste. Então, está criando uma
1023 situação que, nós que somos interessados no desenvolvimento dessa região, eu tenho
1024 participado disso e tenho sentido essa grande dificuldade. Quando foi levantada a questão de
1025 um projeto que já está há dois anos, nós temos projeto com muito mais tempo do que isso e nós
1026 ainda não conseguimos a licença ambiental e, às vezes, nem consegue encaminhar um pedido,
1027 dada a burocracia de exigências de documentação, e depois também a falta de informação. Nós
1028 temos aí a própria IDENE aqui na região que ainda não sabe dizer: “O processo tem que ser



1029. assim; a primeira é a proposta da associação; a associação tem que ter todas as CNDs, certidões
1030. negativas, e depois disso, então, você tem que ter um projeto de impacto ambiental, para
1031. conseguir a licença. Agora é necessário uma licença – que tipo de licença? Qual o impacto
1032. ambiental? Existe um determinado tipo de licença, se o assentamento for para 15 famílias. Se
1033. for para 25, é outro tipo de licença. Se passar de 25, então já é uma licença especial. Então, nós
1034. estamos vivendo hoje. Foi bom que surgisse esse assunto aqui, mesmo que fuja um pouco, Sr.
1035. Presidente. Mas é muito interessante isso aqui para nossa região, porque o que Julio Pereira
1036. falou é muito valido isso é de uma importância muito grande para nossa região e esse tipo de
1037. assentamento não está acontecendo porque nós não estamos conseguindo viabilizá-los. Essa é a
1038. realidade. E é bom que se fale aqui, porque nós temos aqui o Diretor do IDENE, que é um
1039. órgão que está, que é o responsável pela implantação dos projetos de assentamento aqui na
1040. nossa região, na região do semi árido ou na região da antiga SUDENE, da área da SUDENE.
1041. Então ,a essa altura, foi bom que surgisse esse processo de licenciamento aqui para que a gente
1042. comece a tomar também conhecimento até em termos de saber como proceder nessas situações.
1043. Esse projeto está aprovado? Ele está sendo implantado? Ou ele está dependendo ainda dessa
1044. licença para poder ser implantado ser financiado inclusive. Porque aí seria bom que o próprio
1045. COPAM tomasse essas decisões em antecipar esses projetos de aprovação, porque, se não, isso
1046. aí vai ficar, até chegar aqui, a comunidade que deu inicio a esse processo ela não tem uma
1047. perspectiva se vai ser bem sucedida ou não no seu projeto, porque se ela não tiver a licença
1048. ambiental, o Banco do Nordeste não vai financiar.

1049. **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

1050. Eu posso gastar mais um minutinho aqui? Dentro do assunto mesmo. O IDENE é o
1051. coordenador desse projeto em Minas Gerais. O IDENE é o coordenador do projeto, a Unidade
1052. Técnica é locada no IDENE. Nós temos uma peculiaridade nesse projeto deferente dos outros
1053. 11 estados que estão levando esse projeto a cabo. Em Minas Gerais nos temos uma Unidade
1054. Técnica Colegiada. Nós temos um engenheiro da EMATER, por portaria, por conta do projeto;
1055. temos um do IEF, Medina é a pessoa indicada por Humberto, que são as pessoas que fazem a
1056. análise prévia dos projetos, quando são encaminhadas pelos Conselhos Municipais. A
1057. FETAEMG é um paraíso importante. Hoje eu estou sentindo a falta da Beatriz aqui. Poderia
1058. estar nos ajudando aqui, porque o público-alvo são os trabalhadores rurais. Esse projeto ele é
1059. um projeto que é complementar à reforma agrária. Ele só trabalha com terras com menos de 15
1060. módulos fiscais e a base de negociação dele toda é direta com o proprietário, sem advogado,
1061. sem questões que, às vezes, até aumentam muito o custo do processo da reforma agrária. É uma
1062. proposta, uma inovação que está sendo levada a cabo há uns três anos. Nós temos alguns
1063. projetos-piloto instalados aqui no Norte, Jequitinhonha e Mucuri. São 48 assentamentos. Mas o
1064. importante é o seguinte: que tem um plano de ação do projeto, que foi amplamente divulgado.
1065. Nós fizemos reuniões com os presidentes do Conselhos Municipais, com os presidentes dos
1066. Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Acho que precisamos, talvez, fazer uma divulgação maior,
1067. mesmo porque mudaram algumas regras. Agora, recentemente, o Conselho Nacional de
1068. Desenvolvimento Rural Sustentável mudou algumas regras, inclusive melhorando condição do
1069. financiamento da terra aqui para nossa região com rebate de 40% no principal. O rebate era só
1070. no juro. Era juro de 6%, 20 anos para pagar, com rebate de 50% aos juros, na inadimplência
1071. normal. Hoje, com essa nova modificação, que foi uma portaria do Banco Central, ele está
1072. dando uma condição muito melhor para que se adquiram as propriedades aqui hoje para os
1073. trabalhadores rurais. E a oportunidade é muito boa, num foram como esse, porque a gente está
1074. divulgando o projeto junto com os trabalhadores rurais, junto com os Conselhos Municipais,
1075. mas é importante também que tenha uma divulgação aqui, que o sindicato participe. É



1076. interessante para o próprio produtor rural que ele possa estar agindo pró-ativamente para que
1077. esse projeto aconteça. Para que novas propriedades sejam oferecidas, que um banco de
1078. propriedades seja identificado dentro do Sindicato Rural, dentro da Sociedade Rural, para que
1079. eles possam estar disponibilizando, em preço de mercado, tem uma avaliação toda que é feita,
1080. para promover a evolução desse projeto, porque o recurso tem. Tem recursos financeiros
1081. suficientes. Nosso convênio é para assentar três mil famílias. Muito obrigado. Desculpe-me
1082. pelo tempo.

1083. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente**

1084. Quem mais? Pois não!

1085. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da Associação Regional dos**
1086. **Engenheiros e Arquitetos. - AREA**

1087. Voltando à análise do processo que eu acho que nós temos que dar uma agilizada por causa do
1088. tempo, eu tenho um comentário aqui: na hora em que você fala sobre monitoramento, eu acho
1089. que a gente tem que esclarecer que tipo de monitoramento vai ser esse das águas: quais são os
1090. parâmetros. Fica muito em aberto, ainda mais se a gente vai passar isso para o pessoal da área
1091. rural. Então a gente tem que ter mais claro esse monitoramento, quais são os parâmetros.

1092. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1093. Aqui na restrição...

1094. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**

1095. É o 4, condicionante 4.

1096. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1097. “Monitoramento anual das águas do córrego Macaúbas a jusante e a montante do projeto de
1098. assentamento junto aos poços; a jusante e a montante da área de plantio de bananal”. Esse
1099. monitoramento é feito de acordo com...

1100. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**

1101. COPAM 10 ou CONAMA 20.

1102. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1103. Geralmente ele é feito em termos de sólidos totais, coliformes fecais...

1104. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**

1105. Mas eu acho que vai a pena colocar, porque as pessoas da área rural têm uma certa dificuldade
1106. de saber quais são esses parâmetros.

1107. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1108. Positivo. Eu não sei porque que...

1109. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**

1110. Quando você põe coliforme é um monitoramento. Quando você põe coliforme, ph,
1111. condutividade, é outro.

1112. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1113. Positivo. Eu não sei porque, de repente, talvez, tenha sido uma falha minha, eu não coloquei
1114. aqui, mas deveria ter colocado mesmo os parâmetros que deveriam ser utilizados.

1115. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**

1116. Eu acho que é até um auxílio para eles.

1117. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1118. Mas pode ser acrescentado agora, não teria problema nenhum.

1119. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**

1120. Eu tenho mais uma outra sugestão. Está sugerindo a avaliação do córrego Macaúbas junto aos
1121. poços. Eu acho que deve ser feita a análise dos poços.

1122. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**



1123. Olha, só, eu estou pedindo “a jusante e a montante do córrego Macaúbas, nos limites do
1124 assentamento; nos poços...
1125. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**
1126. Não. Aqui colocou junto aos poços. Parece que é o córrego Macaúbas, junto aos poços.
1127. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**
1128. Não, não. Não é. Os poços são complementemente afastados do córrego.
1129. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**
1130. É o português
1131. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**
1132. A questão da vírgula talvez.
1133. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**
1134. Porque depois você fala assim: “córrego Macaúba a jusante e a montante”. Continua então dá a
1135. impressão...
1136. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**
1137. “Monitoramento anual das águas do córrego macaúbas a jusante e a montante do projeto de
1138. assentamento, junto aos poços”.
1139. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**
1140. “ a jusante e a montante”. Então dá a idéia de que tudo é em relação ao córrego Macaúbas.
1141. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**
1142. Confesso que não entendi isso não, mas se for o caso, a gente muda.
1143. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**
1144. É só colocar “ a jusante e a montante e nos poços”, no final.
1145. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente**
1146. Seria mais para esclarecer o português.
1147. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**
1148. Mas a forma que ficou aqui dá a impressão que ocorre junto aos poços. E a sugestão que eu
1149. tenho também, que eu já falei aqui que eu acho interessante, é a coleta semestral. Devido ao
1150. período de chuva e ao período de seca você tem grandes variações.
1151. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**
1152. A questão só disso aí, que a gente sabe, é o custo elevado com uma análise dessas.
1153. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**
1154. Mas aí colocaria uma análise mais simples.
1155. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**
1156. Se você garante que é uma análise barata, feita aqui, porque as que eu tenho visto, que eu tenho
1157. monitorado, o custo delas está em torno de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).
1158. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**
1159. Na hora em que você definir os parâmetros você parâmetros mais fixos.
1160. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**
1161. Mesmo esses parâmetros, os parâmetros definidos eu vou aproveitar aqui outro processo,
1162. porque nele eu coloquei. Aqui fala em condutividade elétrica, porcentagem de sólido e solúvel,
1163. razão de absorção de sódio, qualidade total, cianetos totais, cloretos, carbonatos, cobre, boro,
1164. fenóis, fósforo total, nitrogênio, amoníaco nitroso, nítrico e orgânico, DBO, dureza total,
1165. mercúrio, OD, óleos e graxos, ph, temperatura, turbidez e sólidos; dissolvidos, sedimentados e
1166. suspensão, coliformes totais, coliformes fecais, estreptococos fecais. O custo de uma análise
1167. dessa está em torno de R\$ 1.800,00. Se você quiser uma análise dessa trimestral, num projeto
1168. de assentamento, mesmo semestral, um projeto de assentamento, eu acho que fica meio
1169. inviável. Eu tenho visto nesse preço, inclusive análise feita pela COPASA.



1170. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**

1171. Eu sou da COPASA. É porque não adianta.

1172. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente**

1173. Vamos combinar um preço bom.

1174. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1175. Eu não vou discutir preço. Eu acho desnecessário.

1176. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**

1177. A gente pode simplificar os parâmetros porque a gente sabe as diferenças que tem. No período de chuva dá um resultado, no período de seca tem outro. Como é que você monitora se não faz pelo menos duas coletas anuais. Pelo menos duas. É sugestão.

1180. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1181. A princípio, seria basicamente em cima do preço. Eu acho que como um processo desse demanda o custo e, às vezes, a gente sabe que o empreendedor não tem a reserva para esse capital para fazer esse tipo de análise, a gente tem feito anualmente. Quando é um processo que demanda utilização de agroquímicos, herbicidas, inseticidas, aí a gente está mais ligado a isso, porque a questão do produtor que tira três safras anuais numa área dele está sujeito a contaminação do lençol freático muito mais por esse motivo do que o assentamento, porque o pessoal quase não utiliza agrotóxico, pelo menos o que eu conheço, principalmente por questão de custo e a lavoura é basicamente de subsistência. Agora, nesse caso aqui, 120 ha de um bananal que eu acho também que não vem utilizando muito produto agrotóxico e a gente não tem visto esse tipo de coisa. Agora, se você acha, a gente pode.

1191. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da AREA**

1192. Eu estou dando a título de sugestão. Talvez se simplificar os parâmetros, fazer pelo menos duas coletas... Só sugestão.

1194. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente**

1195. Olha, nós temos um processo em pauta. E o processo está sendo julgado. Toda modificação no processo, ele passa por uma votação. É assim nos Conselhos. Se os conselheiros acharem por bem, muito bem, se não... Nesse caso, é um caso baixa poluição, assentamento. Bem, pelo menos eu estou vendo dessa maneira. Por isso foi colocado um ano. Essa justificativa do IEF na hora de ter escolhido um ano como prática normal que eles adotam. A Conselheira, como sugestão, está sugerindo que seja trimestral, semestral, não é? O que vai ocasionar um custo. Com a redução de parâmetros, inclusive, para reduzir os custos. Mas essa redução de parâmetros, ela tinha que vir com mais detalhes o que seriam, porque a gente não tem, aqui hoje, para definir. Então, fica aí. Poderia ser feito uma proposta para o IEF, na realidade, na próxima pudesse trazer esses detalhes com mais... Porque eu acho que se fosse um grande empreendimento, um pequeno produtor rural, pequenos assentamentos, que há uma dificuldade tremenda de verbas, isso tudo. Bem, eu não posso julgar nada, vocês é que têm que julgar. Eu, como presidente, tenho até que dar dados, e os Conselheiros têm todo o direito de colocar sua opinião e colocar em votação quando achar. Então, foram feitos dois pedidos de modificação. Uma foi apenas correção de português, não há necessidade da gente colocar as duas colocações. A gente votaria um bloco que foi e concessão da licença e, se a Conselheira achar por bem, ela poderia colocar os condicionantes. Depois a gente poderia modificá-los ou não, dependendo dos Conselheiros.

1213. **Conselheiro Eduardo Gomes - Instituto Grande Sertão:**

1214. Só para esclarecer, os condicionantes, eles vão ser cobrados dentro do prazo de 360 dias, etc., mas essa cobrança, ela não é imposta na associação que está criada na área, se já tem associação. O empreendedor aqui é o INCRA. Então, nós não podemos estar analisando o



1217. ponto de vista da falta de condições, eu creio que é recomendado que se faça, que se tenha
1218. parâmetros mais detalhados inicialmente, dentro do período que está previsto e, a partir disso,
1219. se os índices comprovarem que não há necessidade, você pode reformar uma avaliação anual.

1220. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente**

1221. O que eu preciso é o seguinte: eu não posso colocar uma coisa vazia em votação, entende? Eu
1222. não dizer assim: que você modifique para dados mais adequados, eu preciso dizer qual
1223. modificação dentro dos dados que ele utilizou, o que nós vamos tirar ou não. Isso precisa de
1224. ser, vocês vão votar num objeto bem caracterizado, senão nós não podemos votar, fica uma
1225. coisa muito vazia, isso ou aquilo que vocês estão votando, entende? Então, o que nós estamos
1226. votando é o processo que está aí, que o IEF já olhou, já justificou técnico e o setor jurídico.
1227. Caso haja uma modificação e se pretenda alguma modificação, ela teria que retomar o processo
1228. para que volte mais definida, porque, caso contrário, nós não temos como votar em coisas
1229. vazias.

1230. **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

1231. Aqui volta a questão do que o pessoal tem debatido muito: os trabalhadores rurais...

1232. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente**

1233. A não ser que os senhores apresentem o que seria essa proposta, aí tudo bem, nós colocamos
1234. em votação uma coisa concreta, é isso, isso, isso, matéria orgânica, ok?

1235. **Conselheiro Wallen Alexandre Medrado – Diretor Geral do IDENE:**

1236. Os trabalhadores rurais, apesar deles entenderem da importância do licenciamento, essa questão
1237. do custo é importante, está certo? E eles se consideram, por exemplo, com o tratamento
1238. diferenciado do produtor rural normal. É um produtor rural que tem uma área desse tamanho,
1239. ele faz esse licenciamento da água de quanto em quanto tempo? Depende do empreendimento
1240. que ela tem, depende do volume de agrotóxico que ele gasta na área que ele tem de banana, do
1241. que quer que seja, tomate, está certo? Então, nesse caso aqui, por exemplo, que é um caso que
1242. está no limite da Instrução Normativa 064. A 064, para 24 famílias, o licenciamento, ele é
1243. simplificado, está certo? Ele é quase que um cadastro, ou seja, o trabalhador rural, ele vai aos
1244. poucos avançando, está certo? Um nível de qualidade ambiental, sustentabilidade ambiental na
1245. medida que ela vai avançando no empreendimento dele. Então, é uma questão que a gente tem
1246. que analisar, essa questão do custo e essa questão de que está muito no limite aqui. Inclusive,
1247. Dr. Shelley deve colocar alguma coisa que já foi aprovado, inclusive, que esse licenciamento
1248. simplificado, agora, seja até 50 famílias e esse caso aqui, ele está com 30 famílias e, se ele
1249. tivesse com 24 famílias, ele não teria que estar fazendo esse estudo.

1250. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1251. Dr. Wallen, não foi aprovado ainda, está em discussão, mas foi uma apresentação de uma
1252. proposta importante. Depois eu vou explicar como é que está esse andamento da 01/90, porque
1253. ainda é uma minuta que vai ser colocada no plenário para ser aprovada. Está sendo bem
1254. negociado 50. Se sair mais um, perde o quorum. Não pode é sair mais ninguém, senão nós não
1255. podemos votar, nós não temos quorum para votação. Bem, eu gostaria primeiro... Então,
1256. alguma coisa mais? Eu gostaria, então, de entrar no processo de votação.

1257. **Conselheiro Júlio Pereira – Representante do Sindicato Rural de Montes Claros:**

1258. Só para dizer que o projeto é importante, tem três anos que esse processo está andando. É gente
1259. que precisa desse projeto com urgência, é importante para o país. É um exemplo que nós vamos
1260. dar da preocupação que nós temos com os sem-terra, das pessoas que estão assentando para
1261. construir sua vida, eu peço que tenha um pouco de sensibilidade e vamos aprovar isso como ele
1262. está aqui, porque não está nada mal. Esse detalhe não é fundamental para prejudicar o projeto.
1263. Então, eu faço o apelo aos senhores e senhoras Conselheiros, para que aprovem como ele está,



1264 para nós também darmos uma solução rápida ao problema. Muito obrigado!

1265 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1266 Bem, vamos entrar, então, no processo de discussão. Terminamos aqui e entramos no processo
1267 de votação. Mais alguma coisa? Saindo desse processo de discussão, não voltamos mais ao
1268 processo de discussão a não ser dos condicionantes que sejam necessários. Vamos votar o
1269 documento que foi apresentado pelo IEF. Eu coloco em votação, quem estiver de acordo se
1270 mantenha como está. Ok! Aprovado! Tem os dois condicionantes que foram pedidos. Eu
1271 gostaria que a Conselheira colocasse, se ela quiser manter os condicionantes e, se quiser, que
1272 ela colocasse apenas para que eu possa colocá-los em votação.

1273 **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da ÁREA:**

1274 A coleta ser semestral e especificar os parâmetros. A sugestão é que, ao invés de serem coletas
1275 anuais, sejam semestrais, nos períodos de seca e de chuva, e especificar. Ficou faltando a
1276 especificação dos parâmetros.

1277 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1278 A especificação do parâmetro, eu gostaria de perguntar, ela existe no processo como um todo,
1279 não? Ela só não está no resumo que foi entregue, é isso?

1280 **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1281 Positivo! Aí no processo parece que eles declaram que tipo de análise vai ser feita. Não no
1282 parecer, no processo.

1283 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1284 Eu vou pedir só porque nós temos isso no processo maior. Não era necessidade porque isso aí
1285 já faz referência ao processo. É porque esse é um resumo, muitas vezes não coleta detalhes que
1286 estão no processo. E está aberto aqui para que os senhores possam ler. Está aqui, aberto para
1287 vocês.

1288 **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1289 Eu acho que, Sr. Presidente, se o senhor me permite, aqui no outro processo tem bem
1290 determinado lá o monitoramento ambiental que deve ser feito quanto ao tocante das águas. A
1291 princípio, se ela quer diminuir, então, o ideal seria que se fizesse em termos de coliformes
1292 totais, coliformes fecais, estreptococos, DBO, que é o que compromete, geralmente, a água. E,
1293 como não tem uma utilização de grandes agrotóxicos, alcalinidade, cianetos totais, cloretos,
1294 carbonatos, cobre, boro, fenóis, fosfato total, nitrogênio, ficaria do lado de fora, mercúrio, e
1295 ficaria só em cima disso, sólidos dissolvidos, sedimentados em suspensão, coliformes totais,
1296 coliformes fecais, estreptococos fecais.

1297 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1298 Bem, então, essa é uma proposta de simplificação. Aí nós temos uma proposta, temos um caso
1299 concreto para se votar, não é? Seria simplificação dos dados que ela está propondo. O que ela
1300 está propondo, só repetindo, seria de anual para semestral e a redução dos limites. São duas
1301 coisas separadas. São duas propostas, não é isso? Você quer os dois juntos ou separados? As
1302 especificações?

1303 **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1304 Seria uma condicionante só.

1305 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1306 É uma condicionante só?

1307 **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1308 Positivo.

1309 **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1310 Quer dizer, hoje é anual. Você está querendo que passe para semestral, reduzindo os itens que



1311. vão ser pedidos do monitoramento. Nós precisamos definir a especificação. Isso que eu estou
1312. dizendo, eu não posso votar uma coisa vazia. É isso que eu estou querendo deixar claro. Eu não
1313. posso votar uma coisa especificando, especificando o quê? Nós estamos aqui em votação, eu
1314. não posso colocar uma coisa. Então, ele está propondo alguma coisa, são coliformes fecais,
1315. DBO, ph, sólidos dissolvidos, sedimentados e em suspensão. Não precisa?

1316. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1317. Então, sólidos dissolvidos e em suspensão, turbidez, cor...Então, ficaria assim, não é?
1318. Condutividade também você quer? Então, ficaria da seguinte forma: “Apresentar
1319. semestralmente análise da água quanto a estreptococos, coliformes totais e fecais”. Ah!
1320. Estreptococos não precisam? Então “coliformes totais e fecais, turbidez, cor, OD, DBO, ph e
1321. condutividade elétrica e sólidos dissolvidos e em suspensão.”

1322. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da ÁREA:**

1323. Essas análises devem ficar , mais ou menos, em R\$ 100,00..

1324. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1325. R\$ 100,00 reais? Bem, cobra da COPASA R\$ 100,00 reais agora, viu? Ela está afirmando.
1326. Outra coisa, o que você está tirando nisso do que tinha antes. Só o que ficou de fora. Só para
1327. saber.

1328. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1329. Não especifiquei os parâmetros, mas, em cima do outro, seria a porcentagem sólido/soluto,
1330. razão de absorção de sódio, alcalinidade total, cianetos totais, cloretos, carbonatos, cobre, boro,
1331. fenóis, fosfato total, nitrogênio amoniacal, nitroso, nítrico e orgânico, dureza total, mercúrio,
1332. OD, óleos e graxos, temperatura.

1333. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1334. Então, só repetindo, nós reduzimos um terço do que vai ser exigido, a um custo bem menor,
1335. pelo que ela falou, R\$ 100,00 que a COPASA vai cobrar, mais ou menos. Se for R\$ 101,00 ...
1336. Mas tudo bem, não são os R\$ 1.800,00. Ela está pedindo que reduzindo, ao invés de um ano
1337. passe para seis meses. De 6 em 6 meses ao invés de uma ano e reduzindo de um terço as
1338. exigências que são feitas. Está claro para vocês? Algum Conselheiro tem dúvida ainda sobre o
1339. que nós vamos votar? Está claro? Quer que leia de novo? Ok! Então, eu vou entrar no processo
1340. de votação do condicionante que foi pedido pela Conselheira Mônica. Eu vou colocar em
1341. votação. Quem estiver de acordo se mantenha como está. Ok! **Aprovado!** Bem, mais alguma
1342. outra? Não. Acho que é só essa. Com um voto contra. Eu gostaria de dizer que teve um voto
1343. contra, só para constar na ata. Teve um voto contra, do Conselheiro Júlio, só dizer o nome.

1344. **Conselheiro Júlio Pereira – Representante do Sindicato Rural de Montes Claros:**

1345. Júlio Pereira - Sindicato Rural de Montes Claros

1346. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1347. Ok! É só para constar em ata, porque depois nós temos que fazer a ata, não é?

1348. Ok! Obrigado gente! Vamos partir agora para o item. Sim, nós vamos passar para outro
1349. processo. Mas, eu só gostaria de falar sobre a colocação do Wallen e do Pedro Narciso. Eu
1350. achei muito interessante isso que eles colocaram, porque eu acho que esse é um assunto daqui
1351. mesmo, muito junto do pessoal. Então, eu proporia, eu vou ver se eu consigo viu? Eu vou falar
1352. com vocês dois que a gente faça uma agenda mais focada com uma série de informações para
1353. vocês, sobre esse tema. Que a gente traga uma discussão mais detalhada sobre todas as leis,
1354. trazer o INCRA aqui. O próprio Wallen que conhece profundamente o assunto. Para que a
1355. gente possa mostrar para vocês, o IEF possa trazer toda a informação, que a gente possa criar
1356. uma discussão maior, porque eu sei que sempre esse problema vai acontecer aqui, nós vamos
1357. estar sempre discutindo. Então, é bom que todos os senhores estejam devidamente equipados



1358 com os instrumentos legais e com as informações sobre esses assuntos, para que a gente possa
1359 votar com mais tranquilidade, como nós fizemos hoje aqui, com o Dr. Augusto, no caso das
1360 sanções e penalidades administrativas. Essa é nossa finalidade, trazer naqueles assuntos mais
1361 pertinentes das unidades regionais mais informações para a gente ter condição de votar com
1362 mais tranquilidade. Bem, item 5.2, Florestal Nossa Senhora Aparecida Ltda.,
1363 silvicultura, Engenheiro Navarro, PA nº 300201/2002.

1364 **Guilherme Guimarães – COPAM Regional Norte:**

1365 Parecer técnico IEF, COPAM, nº 93/2003. Empresa: Florestal Nossa Senhora Aparecida Ltda,
1366 município: Engenheiro Navarro – MG. Atividade predominante: Silvicultura. Processo
1367 300201/2002. Resumo do parecer técnico: INTRODUÇÃO: A fazenda Nossa Senhora
1368 Aparecida situada no município de Engenheiro Navarro possui área total de 1750 ha e
1369 aproximadamente 800,00ha reflorestada, plantada e em reforma, objeto deste licenciamento. A
1370 propriedade possui Reserva Legal de 350,00ha e instalada RPPN de 150,00ha e o restante em
1371 áreas de Preservação Permanente e inaproveitáveis. O objetivo final é a exploração do maciço
1372 com a produção de carvão vegetal para consumo próprio. Conclusão desse parecer técnico.
1373 Conclusão: “O parecer opina, e a Assessoria Técnica, pelo deferimento da concessão de licença
1374 de operação corretiva para o empreendimento, desde que atendidas as condicionantes listadas
1375 no Anexo I deste parecer técnico, ouvida a Assessoria Jurídica do IEF.” Parecer Jurídico nº
1376 221/2004 da Procuradoria Jurídica do Instituto Estadual de Florestas. Da Conclusão: “Pelo
1377 exposto, opina essa Procuradoria Jurídica pela concessão da Licença requerida, sem entrar no
1378 mérito do Parecer Técnico, ciente do dito latino *peritio in arte credendum*: deve-se dar crédito
1379 aos peritos no assunto. Salientamos ao empreendedor que o descumprimento de condicionantes
1380 é um ato passível de autuação e que a licença ambiental não assegura, ao seu titular, a
1381 manutenção do status quo vigorante ao tempo de sua expedição, sujeita a prazo de validade.”
1382 Passarei agora para as condicionantes: Condicionantes do processo 30/02/01/2002:

- 1383 1. Monitoramento da qualidade do solo e água, conforme parecer técnico;
- 1384 2. Apresentar, anualmente, o Receituário Agrônômico e a comprovação da destinação
1385 das embalagens de produtos agrotóxicos utilizados no empreendimento, em
1386 conformidade com a Legislação vigente. Usar para cada cultura, apenas produtos
1387 registrados pelo IMA. Instalar, depósito de embalagens plásticas e papelão utilizados;
- 1388 3. Comprovar a destinação dos filtros e óleos após o uso. Construir junto ao local de manutei
1389 máquinas e equipamentos, caixa separadora de água e óleo. O local de abastecimento de com
1390 deverá ser impermeabilizado e protegido contra eventuais derramamentos, sinalizado com adver
1391 equipado com material de segurança;
- 1392 4. Construção e manutenção de terraços em nível. Usar sempre que possível, o cultivo
1393 mínimo em detrimento do plantio convencional, a fim de mitigar os impactos produzido
1394 atividades agrícolas da propriedade. Construir e dar manutenção às bacias de captação
1395 de águas pluviais;
- 1396 5. Proteger, os resíduos metálicos e pneus, de modo a impedir a proliferação de vetores;
- 1397 6. Executar periodicamente manutenção preventiva nas infra estruturas coletivas
1398 instaladas. (estação de bombas, ponto de captação, e ponto de abastecimento de
1399 combustível, rede elétrica);
- 1400 7. Seguir as indicações propostas no relatório técnico quanto a recuperação de áreas;
1401 degradadas, incluindo a revegetação das áreas de Preservação Permanente. Instalar
1402 viveiro de mudas nativas ou comprovar através de nota fiscal a aquisição de mudas para recom
1403 das mesmas ;
- 1404 8. Apresentar revalidação da Outorga no vencimento da mesma em 27 de maio de 2008



1405. 9. Implantar o sistema de fossa séptica e caixa de gordura dimensionada em função do
1406. número de usuários conforme norma da ABNT;
1407. 10. As áreas de Reserva Legal, Preservação Permanente, RPPN deverão estar cercadas, acei
1408. averbadas junto à matrícula do imóvel;
1409. 11. Apresentar quando da ocasião da exploração documentação pertinente junto ao
1410. IEF/MG. Apresentar anualmente a Renovação do Cadastro das atividades desenvolvidas j
1411. IEF/MG;
1412. 12. Apresentar, inclusive com relatório fotográfico, a comprovação do cumprimen
1413. condicionantes, no prazo máximo de 180 dias.
1414. Essas são as condicionantes do Parecer Técnico.
1415. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**
1416. Ok. Eu vou colocar em discussão. Em discussão. Alguma pergunta sobre o assunto. Está claro?
1417. Pois não! Mônica, por favor. Pode falar. Mônica, por favor.
1418. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da ÁREA:**
1419. É só mesma sugestão. Lá usa muito nutriente, nitrogênio, fósforo, porque um reflorestamento.
1420. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**
1421. Lá, por ser já um projeto que está quase todo implantado, a manutenção é hoje mais combate de
1422. formiga. E, por ser um processo que faz um plantio localizado, sem muita movimentação de
1423. terra, não há essa procuração tanto com adubo essas coisas. É o mesmo princípio. Quando eu
1424. analiso, eu vejo o que vai ser feito lá na região e o que está feito. A princípio seria isso. Por isso
1425. é que pedi anual. Não tem problema nenhum, se quiser semestral a gente faz semestral. É um
1426. processo praticamente já implantado.
1427. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da ÁREA:**
1428. Eu acho que ainda vale simplificar parâmetros e mostrar duas vezes por ano. Eu acho que é
1429. mais vantagem de ter um monitoramento melhor. Ai já não tem alarme humano é mais
1430. reflorestamento. O outro tem o uso da água para consumo humano.
1431. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**
1432. Esse uso da água seria só para os vizinhos.
1433. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da ÁREA:**
1434. Mas fica a sugestão.
1435. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**
1436. Aqui são três córregos e mais um poço. Lá era um córrego, aqui são três córregos.
1437. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da ÁREA:**
1438. Quatro poços.
1439. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**
1440. Quatro poços. Está certo.
1441. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**
1442. Continua aberta a discussão.
1443. **Conselheiro Cristiano Henrique F. do Anjos – Representante do Grupo Ecológico de**
1444. **Monte Azul:**
1445. Só citar aqui: uma boa condicionante foi essa de apresentar, inclusive em relatório fotográfico,
1446. a comprovação do cumprimento das condicionantes no prazo máximo de 180 dias.
1447. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**
1448. Eu gostaria até de dizer para os senhores, na última reunião, o prefeito de Buritis fez uma
1449. proposta para que a gente se organizasse para trazer, na data do vencimento das condicionantes,
1450. se foi feito ou não. Nós estamos organizando isso, porque é toda uma organização que nós
1451. vamos fazer. Mas nós vamos ver se trazemos aqui para o Norte sempre esses condicionantes



1452 que os senhores aprovam, na época, para ver como ficou.

1453. **Conselheiro Marcelo Condé – Representante do Ibama:**

1454 Célio, só para efeito de esclarecimento, essa área já é um plantio antigo. Esses 800 hectares é
1455 todo em reforma e se, como nesses reflorestamentos antigos havia os plantios próximos ou em
1456 área de preservação permanente, eu pergunto se não é o caso também lá.

1457. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1458 O caso em questão aqui, lá era uma fazenda da região que vocês deveriam até conhecer, a
1459 Fazenda Pirelli, um projeto de reflorestamento da Pirelli que tinha lá. Essa área foi adquirida
1460 pela Florestal Nossa Senhora Aparecida e foi renovado o plantio lá. No momento da renovação
1461 do plantio, foi verificado que certas áreas estavam impróprias ao plantio e não dariam condição
1462 de ser plantada alguma coisa ali ou essa floresta viesse a ter rendimento adequado. Então,
1463 foram abandonadas algumas áreas do plantio anterior, foi estabelecida na área uma RPPN, que
1464 é uma Reserva Particular de Patrimônio Nacional. Se não me engano, foram plantadas
1465 1.150.000 (um milhão cento e cinquenta mil) mudas de árvores nativas e as áreas de
1466 preservação estão sendo consideradas e estão sendo preservadas. Inclusive, algumas áreas que
1467 estavam em processo de erosão, foi evidenciado que deveria ser feito um replantio de mudas
1468 nativas. Inclusive, por isso que eu peço que ele continue a fazer o plantio de mudas lá. Está
1469 esclarecido?

1470. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1471. Mais alguma pergunta? Pois não!

1472. **Conselheiro Júlio Pereira – Representante do Sindicato Rural de Montes Claros:**

1473. Eu analisei aqui também as condicionantes e achei razoáveis, sensatas. Apenas estranhei o
1474 prazo de 180 dias, que achei exíguo. Mas eu me rendo à competência e o interesse demonstrado
1475 pelos técnicos que conhecem o problema mais que eu nesse setor. Aceito os 180 dias só com
1476 uma sugestão de que 360 dias seriam mais adequados ao caso. Mas me rendo à competência do
1477 técnico. Muito obrigado.

1478. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1479. A princípio, quase todos os processos nossos são baseados em 180 dias que é um tempo hábil
1480 para pessoa ter condição de resolver alguma coisa. No caso em questão aqui, como é um
1481 processo já adiantado e a pessoa já providenciou muitas dessas condicionantes, foi dado esse
1482 prazo, mas normalmente o prazo é 180 dias. O processo do INCRA, que a gente acha que é um
1483 processo mais demorado, que sempre tem problema de contratação, de locação de verba, a
1484 gente abre mais prazo.

1485. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1486. Pois não!

1487. **Conselheira Simone Jamal Gotti: Representante da Prefeitura de Paracatu**

1488. Eu só lhe pergunto o seguinte: esse problema de averbar junto à matrícula de módulo dá tempo
1489 em 180 dias? Pois eu sei que no meu município é um problema gravíssimo isso. Por isso é que
1490 lhe pergunto.

1491. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1492. Essa questão de reserva legal realmente tem dado um problema aí, porque certos cartórios têm
1493 se recusado a averbar a matrícula do imóvel. E parece que já existe uma demanda, uma decisão
1494 judicial não obrigando isso. Mas, nesse caso aqui, ele já tem averbada a reserva legal. E, além
1495 disso, tem a RPPN já está definida. Mas existe mesmo essa questão de cartório e o prazo em
1496 questão aqui seria suficiente.

1497. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1498. Eu vou, então... Tem algum a parte ao que foi colocado, condicionante?



1499. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1500. A proposta da ÁREA de se fazer análise semestral ao invés de anual do parâmetro da água.

1501. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1502. É o mesmo processo que foi feito, mas diminuindo também os itens e os parâmetros, não é
1503. isso? O mesmo processo?

1504. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1505. Positivo.

1506. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1507. Então, em primeiro lugar, eu gostaria de votar só o texto original, depois os condicionantes.

1508. Votando o texto original do IEF que está aí com licenciamento ambiental concedendo licença,
1509. no processo. Eu vou ler de novo, porque é legal, eu tenho que fazer a leitura. No processo
1510. Florestal Nossa Senhora Aparecida Ltda. Silvicultura, PA nº 30/02/01/02. Eu coloco em
1511. votação. Quem estiver de acordo que se mantenha como está. Aprovado. Condicionante da
1512. Conselheira: ela passa de 360 para 180 dias, diminuindo os itens, como foi dito no processo
1513. anterior, os itens pedidos de monitoramento, reduzindo a um terço dos totais que tinham sido
1514. pedidos anteriormente pelo IEF. Eu acho que não preciso ler de novo, vocês já estão a par do
1515. que foi dito, está gravado, então é só reverter o outro processo que a gente vai saber. Então, eu
1516. gostaria de colocar em votação: quem estiver de acordo que se mantenha como está. Ok. Só
1517. dizer o voto contra, por favor, só para gravar.

1518. **Conselheiro Júlio Pereira – Representante do Sindicato Rural de Montes Claros:**

1519. Júlio Pereira, do Sindicato Rural de Montes Claros.

1520. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1521. Voto contra. Então, **aprovado**. Um voto contra do Sindicato. Eu gostaria, então, de voltar nos
1522. itens 4. Eu pedi que o IEF fizesse, mesmo a gente não indo muito adiante como vocês
1523. imaginavam, porque eles têm que viajar agora e os técnicos vão ter que sair. Mas muito
1524. obrigado pelas suas presenças e pela apresentação. Todos dois.

1525. **Célio Lessa – Assessoria Técnica do COPAM:**

1526. Obrigado e licença.

1527. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1528. Eu gostaria de colocar os dois processos: Processo Administrativo, item 4, para exame de
1529. Licença de Operação Corretiva. Apresentação FEAM – 4.1 – Cerâmica Bom Jardim Ltda,
1530. fabricação de cerâmica vermelha, Taiobeiras; PA nº 1584/2002/001/2002

1531. **Guilherme Guimarães – COPAM Regional Norte:**

1532. Processo COPAM 1584/2002/001/2002, Cerâmica Bom Jardim Ltda. Unidade de Produção de
1533. cerâmica vermelha, localizada em Taiobeiras, Minas Gerais.

1534. **Parecer Técnico - RESUMO:** “Parecer técnico referente à solicitação de Licença de Operação
1535. Corretiva, requerida pela CERÂMICA BOM JARDIM LTDA., para sua unidade de fabricação
1536. de tijolos, em operação desde 26.01.1985, instalada à Av. Ouro Preto, 515, Bairro Nossa
1537. Senhora de Fátima, Município de Taiobeiras/MG, numa área de 12.635,63 m², contando com
1538. mão de obra de 28 funcionários. Na operação do empreendimento não são gerados efluentes
1539. líquidos industriais, apenas os provenientes dos sanitários/vestiários que serão destinados a um
1540. sistema de tratamento composto por fossa séptica e filtro anaeróbio, com descarte do efluente
1541. tratado em um sumidouro. As águas pluviais serão coletadas por canaletas e direcionadas a
1542. caixas de decantação para posterior lançamento em reservatório de água para uso na indústria.
1543. Os efluentes atmosféricos são advindos da ação dos ventos e da movimentação de máquinas e
1544. veículos nos pátios da empresa e dos gases produzidos pela queima da lenha nos fornos,
1545. impactos estes que serão minimizados com medidas propostas no Plano de Controle Ambiental



1546 que foram consideradas satisfatórias. Os resíduos sólidos compostos por sobras de argila
1547 prensada, produtos danificados não acabados, lixo doméstico, material acabado refugado no
1548 controle de qualidade, cinzas resultantes da queima da lenha nos fornos e lodo gerado na fossa
1549 séptica, são destinados corretamente ou terão sua destinação de forma adequada. O
1550 levantamento da geração de ruídos no entorno do empreendimento é uma das condicionantes
1551 impostas à empresa. O óleo combustível consumido na empresa é somente de uso das
1552 máquinas, veículos e equipamentos, sendo esse fornecido pelos postos de combustíveis do
1553 município, não havendo reservatório, tanques no empreendimento. Todo o serviço de lavagem
1554 dos veículos é realizado por terceiros. A água utilizada na empresa é fornecida pela COPASA –
1555 Companhia de Saneamento de Minas Gerais e captada de um poço artesiano. A empresa
1556 apresentou o protocolo de solicitação de outorga para uso da água proveniente do poço
1557 artesiano, no IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas. A energia elétrica é fornecida
1558 pela CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais. Este parecer é favorável à concessão da
1559 Licença de Operação Corretiva, requerida pela empresa, condicionando-a ao cumprimento das
1560 recomendações constantes do Anexo I e ao atendimento aos padrões da Legislação Ambiental
1561 vigente no Estado de Minas Gerais.

1562 **Parecer Jurídico** – Processo 1584/2002/001/20012 – Cerâmica Bom Jardim Ltda, Licença de
1563 Operação Parecer Jurídico – “A empresa em tela requer Licença de Operação, de natureza
1564 corretiva, para sua unidade de fabricação de tijolos, localizada no município de Taiobeiras/MG.
1565 O processo encontra-se formalizado. O Parecer Técnico é favorável à concessão da licença.
1566 Consta dos autos o Certificado de Registro do IEF. Contudo, tendo em vista determinação da
1567 Câmara de Atividades Industriais do COPAM, o empreendedor deverá apresentar
1568 manifestação/parecer do IEF acerca da origem da lenha utilizada, conforme condicionante
1569 anexa. Considerando que foi apresentado apenas o protocolo do pedido de outorga junto ao
1570 IGAM, o empreendedor deverá apresentar Certificado de Outorga do sobredito Instituto, de
1571 acordo com a condicionante anexa. O empreendedor deverá, ainda, comprovar a origem das
1572 matérias-primas utilizadas no processo produtivo, nos termos da condicionante apenas.

1573 Isto posto, sugere-se a concessão da Licença de Operação, com prazo de validade de 8 (oito)
1574 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes listadas nos autos, nos termos do Parecer
1575 Técnico, ouvida a Câmara de Atividades Industriais do COPAM.

1576 Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo
1577 requerente, de outras licenças legalmente exigíveis, nos termos do artigo 8º do Decreto nº
1578 39.424/98, com redação parcialmente alterada pelo Decreto nº 43.127/02. Opina-se que a
1579 observação acima conste do certificado de Licenciamento Ambiental emitido por esta
1580 Fundação.”

1581 Anexo do Parecer Jurídico, que são as condicionantes. Condicionantes do Parecer Jurídico. “

1582 1 - Apresentar manifestação/parecer do IEF/COPAM acerca da origem da lenha. Prazo: 06
1583 meses.

1584 2 - Apresentar Certificado de Outorga do IGAM. Prazo: 90 dias.

1585 3 - Apresentar a Licença Ambiental dos empreendimentos fornecedores de matéria-prima.
1586 Prazo: 60 dias. Caso não sejam licenciados pelo órgão ambiental competente, deverá o
1587 empreendedor adequar seu quadro de fornecedores, visando comprar matéria-prima de origem
1588 legalmente licenciada e comprovada. Prazo: 02 anos.

1589 Condicionantes do Parecer Técnico:

1590 1 - Implantar sistema para tratamento de esgotos sanitários, de acordo com o projeto
1591 apresentado - 180 dias

1592 2 - Implantar sistema de drenagem pluvial, de acordo com o projeto apresentado - 360 dias



1593. 3 - Implantar o programa de umidificação da matéria prima e aspersão de água nas vias internas
1594. de circulação - 10 dias
1595. 4 - Implantar cortina verde - 360 dias
1596. 5 - Efetuar o monitoramento dos efluentes gerados e resíduos sólidos conforme programa
1597. definido no Anexo II - Durante o prazo de validade da licença.
1598. O anexo II trata do monitoramento do efluente líquido, dos ruídos, dos resíduos sólidos.
1599. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**
1600. Em discussão. Pois não!
1601. **Conselheiro Cristiano Henrique F. do Anjos – Representante do Grupo Ecológico de**
1602. **Monte Azul:**
1603. Esse anexo do Parecer Jurídico, “Apresentar Licença Ambiental dos empreendimentos
1604. fornecedores de matéria-prima. Prazo 60 dias. Caso não sejam licenciados pelo órgão ambiental
1605. competente, deverá o empreendedor adequar seu quadro de fornecedores, visando comprar
1606. matéria-prima de origem legalmente licenciada e comprovada. Prazo 02 anos”. Esse prazo de
1607. 02 anos não seria muito Srs. Conselheiros? Demais até, não é?
1608. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**
1609. Setor Jurídico está aí? Não está? Eu ponho em diligência então. Eu não vou discutir quando não
1610. tem gente para responder. Item seguinte. Aliás, a FEAM está fazendo isso de propósito. Ela não
1611. manda gente aqui, para por em diligência mesmo. Eu estou sabendo disso, mas eu vou ver o
1612. que está acontecendo. Isso eu vou conversar lá com o Secretário e com o Presidente da FEAM.
1613. Florestal Nossa Senhora Aparecida Ltda., silvicultura, Engenheiro Navarro. Não, desculpe-me.
1614. Cerâmica Pirapora Ltda., fabricação de cerâmica vermelha, Pirapora, PA nº
1615. 1438/2002/001/2002. Vamos ler primeiro o texto, só o resumo.
1616. **Guilherme Guimarães – COPAM Regional Norte:**
1617. Processo COPAM nº 1438/2002/001/2002. Empreendedor: Cerâmica Pirapora Ltda.
1618. RESUMO: “Parecer técnico referente à Licença de Operação Corretiva, requerida pela
1619. CERÂMICA PIRAPORA LTDA., para sua unidade de fabricação de artigos de barro cozido
1620. (tijolos, lajotas e telhas), em operação desde 19.05.1980, instalada no município de
1621. Pirapora/MG, numa área de 22.533 m², contando com mão de obra de 28 funcionários. Este
1622. parecer é favorável à concessão da Licença de Operação Corretiva, requerida pela empresa,
1623. condicionando-a ao cumprimento das recomendações constantes do Anexo I.”.
1624. Condicionantes do Anexo do Parecer Técnico:
1625. 1- Implantar programa de umidificação de matéria prima e aspersão de água nas vias internas
1626. de circulação, principalmente no período de seca - Durante o prazo de validade da licença.
1627. 2 - Implantar sistema de tratamento de esgoto sanitários de acordo com projeto apresentado. -
1628. 180 dias
1629. 3 - Apresentar Carta de Adimplência, expedida pelo IEF, informando a situação da empresa
1630. perante a legislação florestal no que se refere ao consumo de lenha e suas respectivas
1631. renovações - 60 dias
1632. 4 - Efetuar o monitoramento dos efluentes líquidos, emissões atmosféricas, resíduos sólidos e
1633. ruídos conforme programa definido no Anexo II - Durante o prazo de validade da licença.
1634. O Anexo II trata do monitoramento do efluente líquido, das emissões atmosféricas e dos
1635. resíduos sólidos.
1636. **Parecer Jurídico**, Processo nº 1438/2002/001/2002, Cerâmica Pirapora Ltda. “A empresa em
1637. tela requer Licença de Operação, de natureza corretiva, para sua unidade de fabricação de
1638. artigos de barro cozido (telhas, tijolos e lajotas), localizada no município de Pirapora/MG.” A
1639. conclusão do Parecer Jurídico sugere “a concessão de Licença de Operação, com prazo de



1640. validade de 8 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes listadas nos autos, nos
1641. termos do Parecer Técnico, ouvida a Câmara de Atividades Industriais do COPAM. Ressalte-se
1642. que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de
1643. outras licenças legalmente exigíveis, nos termos do artigo 8º do Decreto nº 39.424/98, com
1644. redação parcialmente alterada pelo Decreto nº 43.127/02. Opina-se que a observação acima
1645. conste do certificado de Licenciamento Ambiental emitido por esta Fundação.”

1646. Anexo que é uma condicionante de Licença de Operação do Parecer Jurídico: “Apresentou
1647. manifestação/parecer do IEF acerca da origem da lenha utilizada.

1648. Prazo: 06 meses.”

1649. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1650. Em discussão.

1651. **Conselheiro Marcelo Condé – Representante do IBAMA:**

1652. Eu acho que inicialmente só um esclarecimento. Eu acho que houve um engano de digitação no
1653. processo anterior: “dois anos”, deve ser “dois meses”. Não tem lógica. E, nesse aí, colocaram
1654. dois meses. Não, não, é outro item. É aquela questão da comprovação da matéria-prima, que é a
1655. argila. E nós estamos comentando também.

1656. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1657. Nós podemos votar um novo valor, mas eu gostaria de dizer para vocês a dificuldade. Se você
1658. não tem o respaldo jurídico para vocês aqui, fica muito difícil para mim julgar se é dois meses
1659. ou dois anos. A pessoa que escreveu tem que dizer para os senhores “Eu errei”, ou não. Fica
1660. muito difícil a gente julgar uma coisa vazia. Isso até não seria honesto de minha parte como
1661. Presidente da Mesa. Eu, então, coloquei em diligência para que a FEAM possa, na próxima
1662. reunião, vir aqui tirar as dúvidas dos Conselheiros. É essa a finalidade dela. Saiu da pauta.

1663. **Conselheiro Marcelo Condé – Representante do IBAMA:**

1664. Só complementando, eu acho que esse prazo, que já foi falado aqui, esse prazo de comprovação
1665. da origem da lenha, eu acho que isso aí tem que ser imediato. Eu acho que não podem ser dado
1666. seis meses para a pessoa comprovar que está consumindo uma lenha de origem legal ou não. Eu
1667. acho que tem que ter um prazo mínimo de um mês.

1668. **Conselheiro Cristiano Henrique F. do Anjos – Representante do Grupo Ecológico de
1669. Monte Azul:**

1670. Eu acho que se eles estão pedindo esse prazo aí, é o seguinte: se eles já têm a matéria-prima,
1671. então a matéria-prima está sendo clandestina, porque deveria ser imediato isso aí. Isso está bem
1672. assim...

1673. **Guilherme Guimarães – COPAM Regional Norte:**

1674. Só quero fazer um esclarecimento a respeito desses dois aspectos. A primeira, do processo que
1675. já foi retirado de pauta, na verdade, isso aqui é referente, principalmente, à argila que é retirada.
1676. Ou seja, se não tiver sido licenciada a extração de argila, parece que no processo consta que não
1677. apresentou essa licença, que, dependendo da parte do empreendimento, pode ser concedida pelo
1678. município ou, maior parte, acima de 750, passa para o Estado, então, é uma situação que foi
1679. levantada na própria “CID” do COPAM, a respeito. Se não tiver sido licenciada, abriu-se um
1680. prazo de dois anos, tendo em vista a necessidade do licenciamento, caso não seja licenciado.
1681. Quanto a questão do uso de lenha, na verdade, é também um questionamento da CID/COPAM,
1682. na qual mesmo tendo o certificado de consumidor de lenha fornecido pelo Instituto Estadual de
1683. Florestas, está sendo solicitado um documento da anuência da origem da lenha. Então, essas
1684. questões são questões que estão sendo argüidas aqui, mas eu tento esclarecer nesse sentido.

1685. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1686. Está claro? Mais alguma observação? Nesse caso é técnico, nós temos técnico para responder.



1687. É modificação de processo.

1688. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da ÁREA:**

1689. Aqui no relatório está pedindo para iniciar as medições de efluentes atmosféricos em 360 dias.

1690. Eu também acho que é muito. Você chega com o aparelho lá e mede, imediatamente. Não tem

1691. precisão de esperar um ano para fazer essa medida.

1692. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

1693. 360 que está aí ou 180?

1694. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da ÁREA:**

1695. 360 dias.

1696. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente**

1697. Qual a sua proposta?

1698. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da ÁREA:**

1699. 6 meses, 30 dias. Normalmente você contrata uma pessoa para fazer essa medição lá. Então,

1700. não tem sentido esperar um ano para fazer medição de efluentes atmosféricos. 90 dias. Então, a

1701. sugestão de 90 dias.

1702. **Guilherme Guimarães – COPAM Regional Norte:**

1703. Vou responder aqui no sentido técnico. Essas emissões atmosféricas tendo em vista ser

1704. equipamentos de pequena monta localizados na área industrial definiu-se como padrão de

1705. monitoramento das emissões atmosféricas fazer uma medição anual tendo em vista que é lenha

1706. e, geralmente, gera material particulado e CO₂. Por isso que usa essa frequência anual de

1707. medição.

1708. **Conselheira Mônica Maria Ladeia – Representante da ÁREA:**

1709. Mas eu estou falando a primeira medição, Guilherme. Ele já está fazendo uma licença corretiva,

1710. você ainda vai dar a ele mais um ano para fazer a medida. Eu acho que pode ser a frequência

1711. anual, mas a primeira, imediata.

1712. **Guilherme Guimarães – COPAM Regional Norte:**

1713. Tecnicamente, aí, é questão mesmo de prazo, conforme as condicionantes estabelecidas pelos

1714. outros projetos.

1715. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente**

1716. Nós vamos colocar em votação essa mudança. Mais alguma coisa? Então, nesse caso, eu

1717. gostaria de colocar, em primeiro lugar, o processo em votação, depois as condicionantes.

1718. Gostaria de colocar o processo em votação. Quem estiver de acordo, permaneça como está. Eu

1719. vou ler, desculpe-me, o processo, porque está gravando. O processo é Cerâmica Pirapora Ltda.,

1720. fabricação de cerâmica vermelha, em Pirapora, PA nº 1438/2002/001/2002. Eu coloco em

1721. votação: quem estiver de acordo mantenha-se como está. Aprovado. Eu gostaria de colocar o

1722. condicionante de que o primeiro monitoramento seja feito em um mês e não um ano depois, é

1723. isso? 90 dias? O primeiro monitoramento seja feito, o primeiro apenas, seja feito em 90 dias e

1724. não em 360, o primeiro. Depois, anual como está, normalmente, como está. O segundo, depois,

1725. passa a ser anual. Mas o primeiro passa a ser em três meses, inclusive para verificar tudo o que

1726. foi feito está de acordo. Eu coloco em votação. Quem estiver de acordo se mantenha como está.

1727. Ok. APROVADO. Eu gostaria de dizer só o seguinte: o outro item eu não coloquei em

1728. discussão por ser um problema jurídico, não tem o advogado aqui da FEAM. A parte técnica

1729. que foi discutida aqui, o Guilherme está representando a FEAM e ele tem conhecimento para

1730. responder. Mas, no caso, se você citasse algum problema no aspecto jurídico, eu levaria isso de

1731. novo para diligência também. Apenas para justificar a posição do Presidente. Bem, eu gostaria,

1732. então, de entrar no item seguinte, mesmo porque eu tenho 20 minutos para falar, porque nós

1733. temos um vôo agora que sai. Se eu atrasar alguma coisa, eu volto na próxima reunião e vou dar



1734 maiores esclarecimentos. Mas, eu gostaria de falar um pouco para vocês sobre 01/90. Antes de
1735 passar os slides que eu trouxe, eu gostaria de mostrar como a coisa está sendo desenvolvida.
1736 Vocês conhecem bem o funcionamento do Conselho de Política Ambiental. Nós temos uma
1737 plenária; nós temos seis câmaras específicas. Você tem a Câmara de Indústria, Câmara de
1738 Mineração, Câmara de Infra-estrutura. Vocês já viram isso no treinamento e eu não vou repetir.
1739 Mas você tem uma Câmara de Política Ambiental, em que as políticas todas são filtradas nessa
1740 Câmara de Política Ambiental, antes de ir para a plenária. Plenária que aprova, no final,
1741 qualquer modificação legal, qualquer nova lei, ou pedido de nova lei, muitas das quais vão sair
1742 daqui. Mas essa é uma legislação, a 01/90 é uma que mexe com o licenciamento, cria as
1743 normas, as regras básicas do licenciamento ambiental. Até logo, Mônica. Obrigado.
1744 Eu gostaria apenas de colocar para os senhores alguns aspectos sobre essa lei, como é que ela
1745 está correndo hoje. Porque eu acho que é importante, antes de mostrar os principais parâmetros
1746 dela, porque eu vou me resumir muito, por causa do meu tempo de vôo, porque senão eu perco
1747 meu vôo. Mas eu gostaria de falar o seguinte: qual foi a idéia básica? Nós colocamos a
1748 sociedade, o que é a sociedade? O que eu falo de sociedade, as câmaras do COPAM? As
1749 câmaras do COPAM, cada câmara, têm seis membros e cada membro representa uma unidade
1750 da sociedade. Você tem FAEMG, FIEMG, FETAEMG e aí vai toda a sociedade. Nós não
1751 temos nenhuma representação dos municípios. Agora nós vamos ter aqui nas Unidades
1752 Regionais. Mas os municípios não participavam. Quem participava do Conselho, em Belo
1753 Horizonte, do COPAM Central, eram as Secretarias. Todas as Secretarias quase têm assento.
1754 Mas você não tinha uma representação do município. Por isso a importância hoje de os
1755 municípios entrarem no COPAM, através da Unidade Regional. O Ministério Público já tinha
1756 um assento na plenária. Ele tem um assento na plenária. O Dr. Jarbas tem um assento geral na
1757 plenária. Ele tem voto lá. Eles não têm nas Câmaras, mas têm na plenária maior. Então, é bom
1758 que se diga como é que nós estamos adotando. A 01/90 foi um documento preparado pelo IEF,
1759 pela SEMAD, através de seus técnicos, no sentido de reformular a política de licenciamento
1760 ambiental do Estado de Minas Gerais. E qual o principal objetivo dela? Principalmente
1761 descomplicar, desburocratizar, ser mais ágil, ser mais rápido. Um processo que já está velho,
1762 ultrapassado. Foi feita em outra época, naquela época ela tinha sentido, - por que não? - mas
1763 hoje ela não tem sentido dentro de um mundo muito mais moderno em que nós vivemos. Então,
1764 nós tínhamos que fazer uma reformulação mais profunda, através de uma discussão profunda
1765 também, com a sociedade. Então, nós fizemos o primeiro processo que foi esse que vocês estão
1766 recebendo que foi uma proposta da SEMAD, da Secretaria do Meio Ambiente, que uma
1767 proposta para a modificação do 01/90. Mas é lógico, a SEMAD sozinha não iria fazer isso de
1768 aprovar. Ela iria colocar para a sociedade discutir. E o que é sociedade para ela? É o Conselho
1769 de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais, onde você tem toda a sociedade ali
1770 representada. Isso foi feito. O Secretário José Carlos de Carvalho, eu, uma série de advogados
1771 estivemos na FIEMG, estivemos na FAEMG, estivemos com as Organizações Não-
1772 Governamentais mais daquela região, não de todas, porque é impossível você ter todo mundo
1773 de Minas Gerais. Isso é impossível. Mas grande parte delas está participando. Com várias
1774 Secretarias. Estivemos em vários lugares mostrando a nossa proposta. Essa proposta que ia ser
1775 debatida pelo Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais. Essa proposta, então,
1776 foi colocada nas Câmaras, que são as seis Câmaras de que eu falei: três Câmaras da FEAM;
1777 duas Câmaras do IEF; uma Câmara do IGAM, que é coordenada pelo IGAM. E começou-se
1778 uma longa discussão. Eu gostaria de dizer que as propostas da FIEMG, depois de um longo
1779 estudo dos empresários, já foram entregues, não a mim, porque eles mandaram para mim, mas
1780 eu encaminhei para o Presidente da Câmara dele, porque a Câmara é que aprova. A Câmara



1781. dele é a primeira aprovação da proposta da FIEMG, por exemplo, que já está sendo discutida
1782. pelos membros da Câmara, que é a Câmara de Atividades Industriais. Assim também foi feita
1783. na Câmara Mineraria, em que o IGAM participou, todo mundo, o setor produtivo, as ONGs,
1784. todo mundo participou e os representantes daquela Câmara. Foram feitas várias propostas
1785. também. Assim na Agro-silvo-pastoril, assim na Biodiversidade, que são do IEF, duas câmaras,
1786. que teve a participação ativa da FAEMG. Nós estivemos mostrando todo o projeto, com a
1787. participação de grande parte do setor produtivo, lá em Belo Horizonte. E ele criou um grupo
1788. que, junto com o IEF, discutiu isso. Dois meses que eles estão discutindo detalhes, aumenta
1789. aqui, diminui aqui. Depois nós vamos entrar nesses detalhes. A FETAEMG fez sua proposta.
1790. Todo mundo fez sua proposta, teve grupos de trabalho. Cada um encaminhando, não a mim.
1791. Muita gente chegava para mim, eu encaminhava para o Presidente da Câmara, porque quem
1792. teria que aprovar em primeira instância é a Câmara a que aquele assunto estivesse pertinente.
1793. Isso foi feito. Inclusive, no caso das famílias do assentamento, eu estive com o INCRA e o
1794. INCRA participou da Câmara própria dele que é a Agro-silvo-pastoril. Participou, teve uma
1795. discussão, teve uma discussão com o IEF, organizaram grupos, fizeram a proposta. Existia um
1796. valor que era 24 famílias e eles estavam propondo 50 famílias como limite. Isso foi muito
1797. discutido. A Câmara em si, aprovou, mas não quer dizer que a Câmara aprovou, já está
1798. aprovado. Isso não. A Câmara aprovou, a Câmara específica, é um grande tempo para que ela
1799. seja aprovada. Está bem elaborada a proposta deles, e existe um consenso bem grande sobre
1800. isso. Eu estive com o INCRA muito tempo, conversando com eles muito tempo. Eles foram de
1801. Brasília conversar comigo e parecer que a coisa está bem andada. Existe esse medo: “Ah! Estão
1802. passando para 12!”. Não, não existe nada aprovado. Existem propostas ainda. As pessoas estão
1803. com medo de que a coisa esteja aprovada. Está em discussão. Nós temos uma minuta que não
1804. está aprovada ainda. Eu vou explicar para vocês esse procedimento. Depois disso tudo, nós
1805. vamos pegar, existe um grupo recebendo todas essas propostas. Então, nós vamos escrever, nós
1806. vamos colocar numa folha dessas. Aqui nós vamos colocar nossa proposta, em azul às vezes.
1807. Depois escrever: Câmara de Infra-estrutura, proposta para modificar esse artigo. Você coloca a
1808. proposta em vermelho. Depois se tiver outra: Câmara de Recursos Hídricos. Tem uma outra
1809. proposta nesse artigo, você põe aqui várias propostas. Depois disso, tudo pronto. Nós vamos
1810. passar uma triagem, porque existem coisas duplicadas, para a gente conversar e fazer uma só
1811. coisa. Esse documento pronto, posto, está sendo preparado ainda, porque nós não recebemos
1812. ainda de todas as Câmaras as propostas. Estamos esperando daqui a 10 dias as propostas. Eu
1813. dei um prazo agora, porque nós não podemos ficar a vida toda discutindo isso. Em 10 dias deve
1814. estar tudo isso. Isso posto, tem um grupo que vai trabalhar isso. Isso pronto, nós levamos à
1815. Câmara de Política Ambiental, que é a Câmara que aprova e filtra as políticas. Então, ela passa
1816. pela Câmara de Políticas. E aí, na Câmara de Políticas, vocês têm um representante. Que é a
1817. FIEMG que está representando. Vocês o elegeram na última reunião. Ele vai ter assento e ele
1818. vai estar discutindo. Então, qualquer coisa que vocês queiram, que vocês acham, depois de ler
1819. aqui, que poderia ser uma contribuição dele também, falem com ele, porque ele vai ter direito a
1820. voz e voto na Câmara de Política Ambiental, de que eu sou Presidente ainda, como Secretário
1821. Adjunto. Essa reunião Câmara deve ser no final, - você sabe a data? Meados de julho? Junho,
1822. meados de junho. Então nós estamos bem em cima. Nós temos 20 dias para fechar. Não. Temos
1823. depois. Depois da reunião. Mas, de qualquer maneira, não está aprovado ainda. Nós estamos
1824. falando ainda da filtagem. Eu acho que nós vamos fazer uma primeira reunião de Câmara de
1825. Política Ambiental. Nós vamos discutir muito. Mas depois vamos pegar toda essa discussão
1826. levar para o grupo, reformular. Eu acho que nós vamos ter ainda duas reuniões sobre isso aí.
1827. Numa reunião só não vai dar para fechar isso não. Muito polêmico, existe aspectos difíceis,



1828 porque o grande problema disso aí não é o que está escrito. A simplificação é maravilhosa, todo
1829 mundo está de acordo. São exatamente os quadros, os anexos. Você fala: "São 50 famílias, são
1830 25 famílias.". Aí o cara fala: " Eu acho que tem que ser 12. Por que tem que ser 50?". Então,
1831 essa discussão, que depois a gente vai ter discussões. É lógico: "12 por causa disso.". A pessoa
1832 precisa justificar o porquê. E isso é colocado em voto, como a gente faz aqui. É um Conselho
1833 em que nós temos que ouvir todo mundo, para a gente ter uma votação no final, ter a maioria
1834 que é como a gente faz aqui. Depois disso, tudo discutido, essa triagem eu a gente espera até o
1835 fim de junho estar pronta, nós teremos uma reunião da plenária do COPAM que vai ser depois
1836 da reunião de vocês. Então, vocês vão saber dessas modificações antes da plenária. E na
1837 plenária do COPAM, então, nós vamos colocar essa DN, já aprovada pela Câmara, em votação.
1838 Se a plenária, que são 40 membros da plenária, aprovar, você vai ter uma nova Deliberação
1839 Normativa do Estado, que o Governador deve assinar, e sair como deliberação, como norma,
1840 como nova lei. É só para explicar como a coisa está sendo levada, como nós estamos
1841 organizando o sistema, porque não é fácil você arrumar um esquema desse. Parece fácil eu
1842 falando aqui: "Nós pegamos...". Você não sabe a confusão que isso é, a quantidade de reuniões
1843 que nós fizemos para chegar a esse denominador comum, a quantidade de reunião paralela, a
1844 quantidade de instituições. Nós estávamos outro dia em Salinas, encontramos um grupo lá
1845 discutindo a 01/90, com as propostas que eles iam fazer. Gente de Minas Gerais toda
1846 discutindo, fazendo propostas. Isso é muito bom. A sociedade participou ativamente e seus
1847 representantes participaram ativamente: a FAEMG, a FIEMG. A FAEMG com um grupo
1848 grande que participou lá com IEF, com uma série de problemas. E, para vocês terem uma idéia,
1849 99% dos problemas a FAEMG fechou. Não sei se a Câmara aprovou tudo, porque eu não
1850 participei dessa reunião da Câmara. Mas só um item que eles estavam discutindo que parece
1851 que são os hectares, que seriam diferenciados no Norte e no Triângulo Mineiro. Eles estão
1852 querendo mudar e o IEF não concorda. Então, isso vai ser julgado na Câmara, com discussão. É
1853 assim que a gente faz. São detalhes pequenos e eu acho que a gente vai chegar num
1854 denominador comum, porque nós temos uma lei fantástica, porque ela muda substancialmente
1855 essa burocracia, esse carimbo, esse cartório que é hoje o licenciamento ambiental. Simplifica
1856 tremendamente o licenciamento ambiental. Não em prejuízo do meio ambiente. Nós não
1857 estamos fazendo isso, não. Mas nós estamos, principalmente, acabando com esse que eu chamei
1858 de "big brother" de fiscalização. Mas jogando responsabilidades para as pessoas. As pessoas
1859 vão ter muita responsabilidade. O cadastro que eu vou falar para vocês não exclui da
1860 responsabilidade, porque nós nem temos condição de fazer isso, porque isso é um problema do
1861 Ministério Público e eles não concordam com isso. É lei. Nós não podemos, mas nós podemos
1862 fazer o cadastro simplificando e não fazendo o licenciamento, mas o cadastro com uma série de
1863 responsabilizações que são assinadas pela pessoa, simplificando algumas coisas para
1864 microempresários, pequenas empresas na área rural, pequenos produtores rurais, etc. Isso vai
1865 agilizar muito nosso processo, facilitar muito nosso processo. Se for aprovado, eu estou apenas
1866 colocando para vocês apenas uma minuta, não vou ser eu que vou aprovar, é todo o COPAM
1867 que vai aprovar. Eu estou apenas coordenando esse trabalho e coordenando na Presidência das
1868 Unidades e na Presidência da Câmara de Política Ambiental. Eu vou apresentar algumas coisas
1869 rápidas. Infelizmente, eu vou ter que correr um pouco. Vocês me desculpem. Eu volto depois a
1870 discutir isso com mais detalhes com os senhores. Mas eu não poderia deixar de trazer toda essa
1871 metodologia que nós estamos adotando, porque ela é mais importante do que isso que eu vou
1872 apresentar. Mas eu gostaria de apresentar algumas coisas substanciais que estão modificadas na
1873 01/90. Eu trouxe aqui, eu nem vi essas transparências porque elas não são minhas. Mas eu
1874 mexo com isso já há muito tempo, não vai ser difícil acompanhar. Vamos lá. Parece que pifou.



1875. Pifou? Pifou mesmo? (Houve um corte em parte da energia do salão de reunião) Eu até queria
1876. falar com o Dr. Pedro Narciso. Eu vou te contar. Eu estou vendo chegar uns docinhos aqui.
1877. Toda vez que eu venho a Montes Claros, eu levo um quilo a mais para casa. Essa carne de sol,
1878. eu levo um quilo para casa. Mas vamos lá. Nada? Está “stand by”? “Standy b” demora quanto
1879. tempo? Só um minutinho porque o stand by dele... não demorando mais de dois minutos.
1880. Senão, eu vou falar acompanhando pela própria apostila mesmo. Dá para falar o principal.
1881. Bem, eu vou começar a falar assim, sem a transparência, depois nós passamos rapidamente. O
1882. sistema de licenciamento ambiental ele traz 3 modificações substanciais. Você sabe que você
1883. tem a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação. Cada uma hoje tem todo o
1884. seu protocolo, toda a maneira de interagir com o processo. O que nós fizemos nesse, qual a
1885. grande novidade desse processo? Eu não vou falar sobre a legislação que existe, mas as grandes
1886. novidades. Eu vou simplesmente passar rapidamente naquilo que é mais importante para nós.
1887. Os objetivos do nosso licenciamento: É rever a listagem para incluir novas atividades e
1888. suprimir as desnecessárias para facilitar a consulta, sem comprometer a compatibilização dos
1889. bancos de dados e a cultura do usuário do sistema. Eu vou explicar essa primeira. O problema é
1890. o seguinte: Dentro do anexo você vai encontrar, o que é o anexo? Uma porção de atividades
1891. que são classificadas pelo potencial poluidor dela e com o tamanho da empresa. Então você
1892. classifica todas elas em pequena, média e grande. Cada atividade que você tem é classificada e
1893. ela tem uma classificação. A classificação dela é feita através de um critério que leva em
1894. consideração ao potencial poluidor dela e o tamanho dessa unidade. E em função disso você
1895. tem os anexos. Os anexos dizem que aquela atividade você vai classificar ela como grande ou
1896. como pequena ou como média no aspecto poluidor e no aspecto do seu tamanho, não é? Todas
1897. elas embasadas numa série de dados que estão dentro desse anexo. Por exemplo: a suinocultura,
1898. o problema do assentamento, abaixo de 50, ela é considerada pequena, vamos dizer; acima de
1899. 50 a 200 ela é considerada média; acima de 200, ela é considerada grande, no seu potencial
1900. poluidor ou no seu tamanho. No seu potencial poluidor são outros itens que entram. Você pega
1901. depois numa matriz e vai julgar, como nós vamos ver na frente, você vai classificar onde que a
1902. sua empresa está. Em função de onde ela esta nós vamos conversar. Mas, então, o que nós
1903. fizemos? Nós julgamos essas listas a uma discussão muito grande sobre essas listas nesses
1904. parâmetros para a sociedade discutir. O que está faltando. Tinha uma porção de coisas que eram
1905. leis federais e não estavam ainda colocadas. Por exemplo, eu vou dar um exemplo: cemitério.
1906. Cemitério não estava colocado na antiga legislação 01/90. Ele foi introduzido agora, por quê?
1907. Porque existe uma lei federal que nos obriga a colocar. E algumas coisas foram tiradas, foram
1908. modificadas, foram aumentadas, diminuídas, coisas desse tipo. Quer dizer, nós fizemos um
1909. ajuste geral numa coisa que era mais antiga porque era de 1990, a 01 é de 1990, para uma época
1910. atual, uma série de legislações novas que trazem exigências novas leis federais e coisa parecida.
1911. Entenderam? Então, por isso é que essa primeira parte nós fizemos uma revisão da listagem.
1912. Rever a classificação dos entendimentos para simplificar os processos de adequação ambiental
1913. das pequenas e médias empresas sem comprometer a responsabilidade sobre qualidade
1914. ambiental. Isso aqui eu gostaria de colocar 2 aspectos. Nós não estamos em momento nenhum
1915. tirando a sua responsabilidade das pessoas, a sua responsabilidade sobre os problemas
1916. ambientais, nem nós podemos fazer isso. Inclusive a Promotoria Pública pode entrar nesse
1917. processo. Ele é totalmente livre para entrar nesse processo, mas nós estamos aqui apenas
1918. revendo algumas coisas do que é pequeno e do que é grande. Para agilizar esse processo.
1919. Estamos colocando também e ajudando as pequenas e medias empresas, quer dizer ajudando o
1920. cadastro dos processos deles, o cadastro sobre o que é pequeno. Nós estamos apenas colocando
1921. esse cadastro sobre uma nova concepção de valores. Vocês vão entender na parte em que eu



1922 vou apresentar para os senhores aqui e que vai ser apresentado o sistema matricial que nós
1923 estamos utilizando. Introduzir parâmetros mais adequados para determinação do porte dos
1924 empreendimentos. Esse é um grande trabalho. Eu vou contar uma coisa para vocês. Acho que
1925 eu contei isso, mas, se eu contei, eu vou contar de novo, para vocês terem uma idéia do
1926 absurdo. Uma pessoa para pedir qualquer empréstimo hoje no BDMG, ela precisa da licença. E
1927 a licença corre igual desde um forquinho de pão de queijo até uma siderúrgica. Então, vocês
1928 imaginam o seguinte: teve um caso no BDMG que a mulher estava precisando de um outro
1929 forquinho. Ela queria crescer a empresa dela de pão de queijo, é verdade isso. E ela entrou com o
1930 processo no BDMG, conseguiu o empréstimo, mas não tinha a licença. Então o BDMG exigiu a
1931 licença. Ela ia correr com o prazo e com o processo da licença prévia, licença de instalação e a
1932 licença de operação. Da maneira que a coisa estava correndo ela ia esperar 6 meses ainda. Aí
1933 caducava o problema do empréstimo dela. Quer dizer, conseguiu com muito custo um
1934 empréstimo pequeno. E ela ia pegar mais no licenciamento, não chegava a tanto, mas quase o
1935 que ela estava emprestando. Para vocês verem os absurdos a que a gente chega na burocracia.
1936 Então, a idéia era exatamente a gente começar a trabalhar esses processos. O que nós fizemos?
1937 Nós lançamos, a Secretaria lançou uma simplificação disso já para o BDMG, que nós soltamos
1938 com uma série de atividades que hoje ficam isentos no cadastro e já isentos com o
1939 financiamento simplificado para facilitar esses casos que estavam todos parados,
1940 provisoriamente. É uma DN, uma Deliberação Normativa que nós soltamos só para resolver um
1941 problema imediato. Mas com a 01/90 ela perde o significado, quando ela for aprovada, não é
1942 isso? Então, esse seria um dos casos de examinar esse problema de porte dos empreendimentos.
1943 Qual o porte, na realidade, que deveria ser chamado de pequeno, médio e grande? Por quê?
1944 Com as justificativas adequadas. O potencial poluidor, de forma geral, não está sendo alterado.
1945 Não, não está. De uma forma geral, alguns casos sim. Alguns casos novos estão sendo
1946 introduzidos também. Agrupamentos das listagens. Nós separamos as listagens em alguns
1947 grupos. Nós separamos a listagem A, em atividade minerária. Vocês vão ver nesse material no
1948 final, onde estão os anexos, que vocês vão ter tudo isso separado. Os anexos, vocês podem
1949 depois consultar em casa. Eu não vou entrar em detalhe, estão todos esses itens exemplificados
1950 através dos anexos. Ele tem atividade minerária, atividades industriais, indústria metalúrgica e
1951 outras; atividades industriais, indústria química específica, atividades industriais de indústria
1952 alimentícia, atividades de infra-estrutura, serviços e comércio atacadista, atividades agro-silvo-
1953 pastoril, e pronto. Então, nós temos todas essas atividades hoje definidas nesse anexo que vocês
1954 estão tendo aí, a que vocês podem ter acesso aí. Eu não vou entrar em discussão senão... Eu já
1955 vi que tem gente me olhando ali, e o avião vai sair daqui a pouco. Mas eu gostaria só de colocar
1956 para vocês que esse é um item importante e os anexos estão aí para todo mundo. Na próxima
1957 reunião, a gente pode até discutir os anexos com mais detalhes porque eles são grandes e eles
1958 vão ser tremendamente modificados nas propostas que vão vir. Revisão do porte. A maior parte
1959 das atividades tem classificação de porte com base no número de empregados e área útil, o que
1960 não é o mais adequado na grande maioria dos casos. Antigamente, você só considerava esses
1961 casos com base no número de empregados. Hoje não. Você vai ver que existe um mundo de
1962 parâmetros aqui que são definidos, não só número de empregados. Produção, uma série de
1963 outras coisas, dependendo da atividade. Você muda substancialmente a classificação do porte
1964 de acordo com as normas da unidade que foram introduzidas. A proposta contempla novos
1965 parâmetros, mas ainda em número limitado de atividade. É, por exemplo, da mineração aí, da
1966 indústria têxtil, da indústria metalúrgica, do curtume, da indústria farmacêutica, e da produção
1967 de carvão. Cada um com e sua especificidade aí, vocês vão encontrar no anexo. Bem definido
1968 no anexo. E, outros parâmetros mais adequados de classificação de porte já existentes para



1969. algumas atividades já estão sendo mantidos, por exemplo, loteamento de cemitérios, hectares,
1970. esgoto doméstico, rodovias, etc. Competências: Bem, nós temos hoje 3 competências bem
1971. definidas a nível estadual, a nível local e a nível federal, e vocês conhecem bem. Nós temos: a
1972. nossa responsabilidade vai onde começa a responsabilidade do outro. Tanto a nível federal,
1973. como a nível estadual, isso está bem transcrito na legislação. Então, a nossa legislação, ela
1974. inclusive sofre essas limitações a nível federal. Muitas das coisas que nós estamos colocando,
1975. nós estamos apenas transcrevendo o que a lei federal nos obriga a fazer. Mas para qualquer
1976. modificação nisso nós teríamos que mudar uma lei federal. E outras não, são leis estaduais que
1977. nós estamos modificando. Inclusive, nós temos condições de modificar esses parâmetros
1978. porque nós estamos modificando uma DN que existia. O Estado tem condição de fazer isso. E a
1979. nível municipal também, nós estamos respeitando muitas das coisas, inclusive, que são feitas a
1980. nível municipal, que nós temos e através de convênio, porque alguns municípios têm convênios
1981. com o Estado que dá certas contribuições aos municípios. E isso está sendo respeitado dentro
1982. do possível. Mas não resta dúvida que a 052, que é a legislação que fala, por exemplo,- é a 52
1983. não é?- que fala sobre o problema de licenciamento pelos municípios, isso vai ter que ser todo
1984. revisto com a modificação da 01/90. Bem, a classificação antiga, só para vocês terem uma
1985. idéia, a classificação antiga, era classificada I, II e III. Quer dizer I-pequeno, II- médio, III-
1986. grandes. Você classificava naquele anexo e você ia lá e então classificava I, II, III. O que eu
1987. sou? Eu sou uma empresa, uma cerâmica, eu tenho poluição do ar, poluição da água, poluição
1988. do solo; eu sou grande poluidor, tenho médio número de empregados ou de produção. Então
1989. você entrava numa tabelinha e isso ia ser pequeno, médio ou grande. Para facilitar, hoje nós
1990. estamos passando isso. Depois que saiu uma legislação, nós vimos a dificuldade. Isso foi
1991. transcrito posteriormente em AB, AB e AB, num anexo que foi feito à 01/90, já modificando a
1992. 01/90. Mas continuávamos sempre, quando você ouvia falar eu sou classe 1, eu sou classe 2, eu
1993. sou classe 3. Porque depois que você classifica e que você coloca classe I, classe II, classe III,
1994. temos uma série de coisas normalizando essas classes, dando benefício ou facilitando ou
1995. piorando ou dificultando mais. Existe uma regra básica para cada um desses itens que estão
1996. aqui colocados. A proposta atual é nós passarmos hoje, desculpe falta só um pouquinho. A
1997. proposta nossa hoje é passar para 6 itens I, II, III, IV, V, VI, que seriam devidamente
1998. equacionado de acordo com o nosso anexo. Na próxima reunião, eu prometo que eu vou
1999. discutir muito esse anexo com vocês, mas hoje, vocês me desculpem. Porque ele é grande e a
2000. gente pode cair em discussões grandes. Mas, então, você tem 6 itens que são classificadores de
2001. acordo com o porte, de acordo com o tamanho da sua empresa. Bem, então nós caímos nesse.
2002. Nós temos pequeno, médio e grande em vermelho ali, que classifica o porte. Essa matriz é
2003. muito interessante. Vocês têm potencial poluidor que pode ser pequeno, médio e grande. Aí
2004. você vai classificar a sua empresa de acordo com o anexo. Se você é uma empresa poluidora
2005. grande, empresa poluidora pequena ou média. Vamos dizer, aqui no caso, se você tem um
2006. pequeno potencial poluidor e um pequeno porte, você é classe I. Se você é um médio poluidor e
2007. médio porte e pequeno poluidor, você tem aquele I, II ali, não é isso? Depois, naquela do meio
2008. ali, III e IV. Você tem grande potencial poluidor com pequeno porte ou médio potencial
2009. poluidor com médio porte ou pequeno potencial poluidor com grande porte, são aqueles que
2010. estão ali de marrom. Marrom menos escuro intermediário aí, que é aquela matriz do centro, são
2011. os itens III e IV em que vocês vão classificar a sua empresa de acordo com os anexos. E vocês
2012. têm por fim o V e VI, que são aqueles outros que estão ali, o grande potencial poluidor e médio
2013. porte, médio potencial poluidor e grande porte que são V. E o VI, que é grande potencial
2014. poluidor e grande porte, certo? Muito bem, pode passar. A situação proposta hoje é que os itens
2015. I e II daqueles que vocês viram, aquele I e II no início, são grande parte dos pequenos; ele vai



2016 . precisar somente de um cadastro e uma responsabilidade civil. Quer dizer, o pequeno
2017 . empreendedor hoje ele não vai precisar mais de licença prévia, licença de instalação, licença de
2018 . operação, toda burocracia e tal. Ele passa diretamente por um cadastro e com uma
2019 . responsabilidade civil e criminal. Se ele não cumprir a responsabilidade dele, ele vai ser
2020 . penalizado pelas penas que nós temos que são pesadas, mas ele vai apresentar apenas um
2021 . cadastro. Um cadastro que ele faz através do formulário de caracterização do empreendimento.
2022 . Existe uma série de documentos que eu também apresento para vocês na próxima, - prometo! -
2023 . que ele tem que preencher, especificação desses formulários que ele tem que preencher. É
2024 . lógico que, se ele tem outorga de água, ele tem o IGAM; se ele tem uma parte florestal, ele
2025 . também vai ter o IEF. Uma reserva florestal, se ele está no APP e etc., área de preservação
2026 . permanente, reserva legal, unidade de conservação, tudo isso ele tem uma série de obrigações e
2027 . também, se ele tem uma indústria, ele vai ter um a série de... Bem, mas vamos lá. Se ele caiu em
2028 . II, dentro dos anexos, de uma certa forma isso vai pegar para nós cerca de 50% a mais do que
2029 . está aí, que são os pequenos e médios empreendedores, ele vai apenas assinar uma coisa e um
2030 . cadastro que ele vais fazer. Porque nós precisamos do cadastro dele. Ele assume. Isso foi
2031 . pedido da Promotoria Pública, essa é a responsabilidade civil criminal que ele vai assinar. Se
2032 . você tiver III e IV, naquela matriz do meio, vocês estão lembrados? Isso é uma proposta, viu
2033 . gente? Isso não está nada definido, é uma proposta. III e IV, você vai ter uma licença prévia
2034 . que é a licença maior, a mais complicada. É a maior, em que você vai dizer o que você quer. E
2035 . a licença de instalação pode ser feita, se o órgão ambiental assim achar, concomitantemente,
2036 . quer dizer, juntas, Você não vai precisar fazer uma e outra, você vai pular uma fase. Você vai
2037 . fazer as duas em conjunto, LP e LI, juntas. Então nós vamos ter um trabalho maior para FEAM,
2038 . para IEF, para IGAM e isso vai ter que vir de uma maneira muito rápida também, porque
2039 . depois eu vou falar com vocês. Bem, e, depois, a LO. Então você tem dois. E a V e VI são as
2040 . grandes empresas. As maiores, que caem nesse processo permanecerão nos moldes atuais, quer
2041 . dizer, você fazendo a licença prévia, a licença de instalação, a licença de operação, como efeito
2042 . hoje. Mas usufruindo de toda a infra-estrutura que está sendo montada para agilização, quer
2043 . dizer, nós vamos fazer tudo pelo computador, internet. Nós vamos colocar os COPAMs
2044 . regionais funcionando para agilizar o processo e todo processo vai agilizar muito esse
2045 . procedimento. Bem, acabou! Obrigado! Isso tudo gente, desculpa eu falar rápido. Eu queria
2046 . falar uma hora sobre isso, mas é apenas pelo tempo que nós fomos longe nessa discussão. Eu
2047 . gostaria apenas de dizer duas coisas: o esforço disso aí é tremendo, não é fácil. Imaginem, nós
2048 . temos aí, no mínimo, no mínimo, diretamente ligado a isso, são 6 em cada Câmara, são 7
2049 . câmaras. Não, são 6 câmaras. Vamos supor 40 pessoas diretamente, mais uns 40, nós temos 60
2050 . pessoas diretas. Mas cada uma representa um mundo. Só a FIEMG representa todo o setor
2051 . industrial, um mundo de empresários que estão nisso aí. Só a FAEMG, um mundo de
2052 . produtores rurais. Então, um mundo de gente que está envolto nesse processo de modificação e
2053 . simplificação do licenciamento ambiental é um esforço muito grande que nós estamos fazendo.
2054 . Mas a discussão está indo bem, por incrível que pareça. Eu achei que a coisa está indo muito
2055 . bem, que está avançando muito bem. Nós esperamos, então, ter, no segundo semestre já, a
2056 . nossa DN já modificada, se Deus quiser, já que a gente vai ter, tenho certeza, uma agilização.
2057 . Existe um comprometimento do Secretário José Carlos que, na hora em que estivermos
2058 . trabalhando com SIAM, - o SIAM é a parte da computação, a parte da internet,- vocês vão
2059 . acompanhar da casa de vocês, pela internet, onde está o processo de vocês, com quem está e há
2060 . quanto tempo ele está com aquela pessoa. E nós vamos ter um prazo máximo de qualquer
2061 . licenciamento: 3 meses. Deu 2 meses e meio, vai bater uma luzinha naquele aparelho, vai ficar
2062 . piscando lá no computador do Secretário, no meu, no de todo mundo. Muitas vezes, existe uma



2063 . justificativa; muitas vezes, o próprio empreendedor pediu ou existe algum aspecto que ele pede.
2064 . Mas precisa sempre haver uma justificativa porque a coisa atrasou. Então esse
2065 . acompanhamento está trazendo um esforço muito grande, vai exigir muito treinamento. Você
2066 . imagina, nós estamos num processo de treinamento violento com todos os membros na parte do
2067 . SIAM, que é um novo instrumento na parte de computação, que está sendo colocado à
2068 . disposição da FEAM, do IGAM e do IEF. E nós precisamos treinar esse pessoal todo. É muita
2069 . gente sendo treinada hoje para que eles possam saber mexer com esse instrumento que está
2070 . sendo colocado com ele. O próprio COPAM Regional, nós estamos em treinamento tremendo e
2071 . todos os que estão entrando aqui. Não é fácil. Vocês imaginam pela primeira vez, nós vamos
2072 . começar a fazer um licenciamento integrado. Na hora em que abrir uma planta, você vai ter o
2073 . engenheiro florestal, o engenheiro do IGAM, da água, o hidrólogo, você vai ter o engenheiro da
2074 . FEAM, da indústria, todos três analisando o processo em conjunto. Vamos fazer isso, faz
2075 . aquilo, vamos voltar amanhã discutindo... Então, a coisa vai agilizar muito, a gente vai
2076 . trabalhar de uma maneira bastante interdependente, multidisciplinar num processo em
2077 . conjunto. Então, eu acho que isso vai facilitar, mas é tudo um aprendizado, é tudo um processo
2078 . longo que nós estamos construindo. Isso não se constrói num estalo de dedos, principalmente
2079 . quando nós estamos negociando com toda a sociedade, mas eu tenho certeza de que, se a gente
2080 . conseguir isso, até o fim do ano já estará tudo funcionando. Nós vamos ter um novo, uma nova
2081 . política ambiental no Estado de Minas Gerais, Vai facilitar, não só facilitar, vai responsabilizar
2082 . a todos nós e as pessoas do setor produtivo, principalmente, sobre aquilo que eles estão fazendo
2083 . sem cair a qualidade ambiental. Nós somos um órgão de meio ambiente, nós gostamos de
2084 . deixar isso bem claro. Temos uma responsabilidade sobre os nossos recursos naturais e nunca
2085 . vamos nos abster de enfrentar qualquer problema que seja, desde que ele seja degradante com o
2086 . nosso Estado ou com o nosso país. Isso é uma responsabilidade nossa e nós não vamos abrir
2087 . mão de maneira nenhuma disso. Nós não estamos inventando nada, nós estamos
2088 . desburocratizando, facilitando, racionalizando o processo sem criar nada contra o meio
2089 . ambiente. Não é essa a situação nossa, mas eu tenho certeza que todo mundo vai ganhar. Eu me
2090 . coloco a disposição para qualquer pergunta. Espero ter sido claro, desculpe pelo tempo corrido.
2091 . Mas eu dou um pouquinho, 5 minutos só, para se vocês quiserem alguma coisa. Pois não!
2092 . **Conselheiro José Augusto Ferreira Dias – Representante da FIEMG:**
2093 . Eu queria duas sugestões. 1º) É que sejam repetidos com os colegas os endereços eletrônicos.
2094 . Isso facilita muito uma integração.
2095 . Shelly: Você poderia passar, o Guilherme poderia fazer isso para vocês, você tem todos já, não
2096 . tem? O Guilherme passa para vocês isso tudo. Cada um.
2097 . **Conselheiro José Augusto Ferreira Dias – Representante da FIEMG:**
2098 . Aí cria um grupo, já fica muito mais fácil a integração. E o 2º) Se ainda não foi pensado, a
2099 . gente estabelecer um sistema de avaliação da reunião. Eu acho isso importantíssimo para as
2100 . próximas, para estar sempre evoluindo no encaminhamento da reunião. Se isso for possível
2101 . seria interessante.
2102 . **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**
2103 . OK. Está certo! O que você achou hoje?
2104 . **Conselheiro José Augusto Ferreira Dias – Representante da FIEMG:**
2105 . Achei a reunião um pouco amarrada.
2106 . **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**
2107 . Eu vou te explicar uma coisa. A gente está amarrando a reunião de propósito. Eu poderia ter
2108 . uma reunião aqui rápida com vocês, mas não é essa a minha intenção. Eu disse claro para vocês
2109 . que eu vou levar as coisas na discussão profunda, porque vocês não estão preparados ainda para



210 . enfrentar grandes discussões. É a segunda reunião a que você está vindo, você conhece pouco.
211 . Quando você pega um grupo que está há 23 anos no COPAM, eles estão há 10 anos, eles
212 . modificam um pouco. Então o pessoal já está muito por dentro. Eu trabalhei em câmaras e fui
213 . presidente de câmaras 7, 8 anos no COPAM, no CONAMA. E lá, por exemplo, você imagina o
214 . seguinte: eu pego aqui, eles pegam lá trinta itens, o processo número tal... tudo aquilo. Depois
215 . fala assim: destaque nenhum. Eu coloco em votação: aprovado. Mas eu acho que se eu fizer
216 . isso com vocês, vocês não vão absorver nada, certo? Por isso é que eu estou, nas primeiras
217 . reuniões fazendo de propósito, eu estou indo para vocês entenderem o processo. Eu acho que
218 . essas discussões, muitas vezes, você está trabalhando em Conselho, você está trabalhando com
219 . pessoas e os níveis de conhecimento são diferentes. E a gente precisa padronizar o nível de
220 . conhecimento. Então tem um que sabe muito, outro que está entrando pela primeira vez e a
221 . gente precisa de padronizar para a gente ter certeza de que o que nós vamos fazer, no final,
222 . esteja dentro de uma média pelo menos, e isso é difícil. Nós estamos aqui com 20 pessoas
223 . diferentes, cada uma com seu problema. Cada uma defendendo o seu problema com sua
224 . ansiedade. Então isso é de propósito mesmo. Nós estamos amarrando um pouco, nós vamos
225 . amarrar um pouco e, na hora em que vocês começarem a se sentir gradualmente preparados,
226 . por quê? Hoje eu apresentei para vocês uma reunião sobre sanções e penalidades. Discutimos e
227 . tal, amarramos bem, tiramos dúvidas. Na próxima reunião, nós já vamos entrar aí com umas
228 . quatro penalidades, já vamos julgar penalidades. Aí, na outra, nós vamos vir com umas cinco.
229 . Aí quando eu estiver sentindo que vocês estão bem, aí eu coloco 10, entende? E a gente vai
230 . crescendo, mas eu acho que esse início, infelizmente, tem que ser um pouco amarrado mesmo.
231 . É mais para vocês crescerem junto com o grupo.

232 . **Conselheira Simone Jamal Gotti: Representante da Prefeitura de Paracatu**

233 . Eu só gostaria de registrar o seguinte: que foi lamentável a ausência da Procuradora da FEAM,
234 . especialmente porque empreendedor esperou um ano e dois meses para o processo dele chegar
235 . aqui e, infelizmente ele foi retirado da pauta. Quer dizer, eu acho que isso não dá muito para
236 . acontecer, porque a comunidade, eu acho que o contribuinte, em especial, espera que a gente
237 . atenda de uma forma mais rápida e mais eficaz.

238 . **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

239 . Olhe, eu assino embaixo do que você falou. Eu também, tanto que eu fiquei tão... Você não
240 . sabe como eu fiquei com raiva aqui. Mas eu vou terminar isso lá, em reunião com porta
241 . fechada. Pode deixar. Eu sou bastante bravo, vocês não me conhecem, mas eu saí do setor
242 . empresarial. Eu ser bastante positivo nos meus argumentos. Eu acho que é uma obrigação dos
243 . órgãos ambientais estar aqui prestando a vocês respeito e informações por aquilo que é
244 . colocado em pauta. O IEF esteve aqui com os seus técnicos, sua assessoria. Era obrigação da
245 . FEAM também. Isso eu não concordo. Como Secretário eu não concordo e vou dizer isso ao
246 . Secretário e vou conversar com ele por telefone hoje ainda. Agora, próxima reunião, eles
247 . estarão aqui, prometo para vocês. Isso não vai acontecer mais, eu estou prometendo, porque se
248 . acontecer eu largo a presidência e saí disso aqui. Mas, enquanto eu estiver aqui, isso não vai
249 . acontecer mais. Não vai. Desculpem-me , isso é uma falha nossa, é uma falha nossa e me
250 . desculpem. Eu sei que o empresário é que sai penalizado com essas bobagens. Mas não perdão
251 . que haja falta de pessoas aqui, desde que se coloque em pauta o processo. E eu não vou aceitar
252 . isso mais, pode ter certeza. Ah! Espera aí! Desculpe gente, eu me esqueci! Não é esquecimento
253 . não! Você sabe que nós estamos abertos ao público e o público tem direito a falar, então fiquem
254 . dois minutos aqui. Tem dois apenas que se inscreveram aqui para falar e eles são tão
255 . importantes para nós. A sociedade é muito importante para nós, então eu gostaria de abrir a
256 . palavra ao Francisco Wagner. Apresente-se Francisco, diga seu nome e sua colocação.



2157. **Francisco Wagner:**

2158. Respresentando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais aqui de Montes Claros, eu quero abordar
2159. um pequeno impasse de quase 15 anos que a gente tem, uma demanda aqui para uma região, e
2160. tem sido uma discussão a nível do COPAM de Belo Horizonte, mas eu quero que os
2161. Conselheiros da Conselho Regional tomem ciência deste fato., Trata-se do problema agravante,
2162. ambiental aqui do Riachão. Nós tínhamos uma liminar de lacramento de todos os pivôs de
2163. irrigação e, agora, no sábado passado próximo, uma liminar de um juiz de Belo Horizonte deu
2164. uma liminar favorável a abrir esses pivôs. Gostaria que os Conselheiros tivessem ciência disso,
2165. porque a questão além de um modelo de irrigação ultrapassada na margem da lagoa do Tiririca,
2166. além de ser uma área de preservação ambiental, tem a questão da inseticida, da pulverização até
2167. via aérea na margem de uma lagoa. O pessoal do IGAM, que acompanha, poderia até dar
2168. melhores informações nesse momento. Gostaria, inclusive, na próxima reunião, se tiver
2169. oportunidade, que tenha alguma informação nesse sentido. Muito obrigado!

2170. **Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da SEMAD – Presidente:**

2171. Muito obrigado a você! Eu gostaria só de falar, eu participei ativamente do Riachão, porque
2172. coordenei o Conselho Estadual de Recursos Hídricos nas suas reuniões sobre esse fechamento.
2173. A discussão foi enorme. Nós tivemos 3 reuniões, 3 ou 4 com participação ativa do pessoal daí,
2174. faixa por todo lado, foi uma reunião muito acalorada. O assunto é polêmico, mas foi votado por
2175. quase unanimidade, 2 ou 3 ou 4 votos apenas contra, dos 40 que existiam. Foi naquela época,
2176. pedido o fechamento das bombas, o lacrar das bombas, etc. Existe uma lei, você conhece bem,
2177. existe um direito do Ministério Público de fazer liminares. Existem liminares por aí tudo,
2178. caindo outras coisas, não é só meio ambiente, outras coisas estão caindo com liminares em
2179. Brasília. Existe todo um processo. É lógico isso. Há processo de a gente recorrer contra uma
2180. liminar, e é isso que nós estamos fazendo. O IGAM está nesse procedimento legal, que é um
2181. procedimento totalmente legal que está sendo feito. Mas eu prometo que na próxima reunião
2182. trago o pessoal do IGAM e a gente coloca isso em pauta para que a gente faça uma pequena
2183. discussão sobre esse procedimento. Agora, o que nós não podemos é desobedecer uma liminar.
2184. Nós temos que procurar derrubá-la para retornar, mas eu não posso ir contra uma liminar de
2185. juiz até que a própria legislação... Bem, então, está bom gente. Eu gostaria apenas de agradecer
2186. muito a vocês pela presença. Eu gostaria muito que vocês fizessem o favor de avisar aos
2187. colegas de vocês que na próxima reunião eu quero 20 pessoas aqui. A data, qual é a data da
2188. próxima reunião? 15 de junho, um abraço para vocês e até a próxima. Obrigado pela presença!

2189.
2190. Terminadas as manifestações e não havendo quem queira se posicionar, declaro encerrada a
2191. presente reunião ordinária do Conselho de Política Ambiental – Regional Norte de Minas, da
2192. qual foi lavrada a presente ata.

2193.
2194. De acordo com o art. 28 da DN COPAM N° 030, de 29 de setembro de 1998.

2195.
2196. Shelley de Souza Carneiro

2197.
2198. Wallen Alexandre Medrado

2199.
2200. José Aparecido Gomes Rodrigues

2201.
2202. Marcelo Machado Condé

2203.



2204 . Simone Jamal Gotti
2205 .
2206 . Pedro Narciso
2207 .
2208 . Janeir Soares Barbosa
2209 .
2210 . José Augusto Ferreira Dias
2211 .
2212 . Júlio Gonçalves Pereira
2213 .
2214 . Mônica Maria Ladeia
2215 .
2216 . Eduardo Gomes de Assis
2217 .
2218 . Cristiano Henrique F. dos Anjos
2219 .
2220 .
2221 .
2222 .
2223 .
2224 .
2225 .
2226 .
2227 .
2228 .
2229 .
2230 .
2231 .
2232 .
2233 .
2234 .
2235 .
2236 .
2237 .
2238 .
2239 .
2240 .
2241 .
2242 .
2243 .
2244 .
2245 .
2246 .
2247 .
2248 .
2249 .
2250 .



2251 .
2252 .
2253 .
2254 .
2255 .
2256 .
2257 .
2258 .
2259 .
2260 .
2261 .
2262 .
2263 .
2264 .
2265 .
2266 .
2267 .
2268 .
2269 .
2270 .
2271 .
2272 .
2273 .
2274 .
2275 .
2276 .
2277 .
2278 .
2279 .
2280 .
2281 .
2282 .
2283 .
2284 .
2285 .
2286 .
2287 .
2288 .
2289 .
2290 .
2291 .
2292 .
2293 .
2294 .
2295 .
2296 .
2297 .



2298 .
2299 .
2300 .
2301 .
2302 .
2303 .
2304 .
2305 .
2306 .
2307 .
2308 .
2309 .
2310 .
2311 .
2312 .
2313 .
2314 .
2315 .
2316 .
2317 .
2318 .
2319 .
2320 .
2321 .
2322 .
2323 .
2324 .
2325 .
2326 .
2327 .
2328 .
2329 .
2330 .
2331 .
2332 .
2333 .
2334 .
2335 .
2336 .
2337 .
2338 .
2339 .
2340 .
2341 .
2342 .
2343 .
2344 .



2345 .
2346 .
2347 .
2348 .
2349 .
2350 .
2351 .
2352 .
2353 .
2354 .
2355 .
2356 .
2357 .
2358 .
2359 .
2360 .
2361 .
2362 .
2363 .
2364 .
2365 .
2366 .
2367 .
2368 .
2369 .
2370 .
2371 .
2372 .
2373 .
2374 .
2375 .
2376 .
2377 .
2378 .
2379 .